

Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”

Normas Internacionais e
Métodos de Avaliação de
Ativos Intangíveis
Financeiros e Intangíveis
Constituído pelo Conselho de
Regulamentação Brasileira

ISO 9001

DEZEMBRO 2012



Bradesco



**Bradesco
Prime**

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes	3
Relatório do Comitê de Auditoria	4
Demonstração Consolidada do Resultado	5
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	6
Balanço Patrimonial Consolidado	7
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	8-9
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	10-11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	
1) Informações gerais	12
2) Principais políticas contábeis	12
3) Gerenciamento de riscos	37
3.1. Risco de crédito	37
3.2. Risco de mercado	48
3.3. Risco de liquidez	56
3.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros	62
3.5. Gerenciamento de capital	66
3.6. Risco de seguro	70
4) Uso de estimativas e julgamentos	76
5) Segmentos operacionais	79
6) Resultado líquido de juros	82
7) Resultado líquido de serviços e comissões	83
8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	83
9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	83
10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	83
11) Resultado de seguros e previdência	84
12) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	85
13) Despesas de pessoal	85
14) Outras despesas administrativas	85
15) Depreciação e amortização	86
16) Outras receitas/(despesas) operacionais	86
17) Imposto de renda e contribuição social	86
18) Lucro por ação	90
19) Caixa e disponibilidades em bancos	90
20) Ativos e passivos financeiros para negociação	91
21) Ativos financeiros disponíveis para venda	95
22) Investimentos mantidos até o vencimento	96
23) Ativos cedidos em garantia	96
24) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	97
25) Empréstimos e adiantamentos a clientes	97
26) Ativos não correntes mantidos para venda	98
27) Investimentos em coligadas	99
28) <i>Joint ventures</i>	101
29) Imobilizado de uso	102
30) Ativos intangíveis e ágio	104
31) Outros ativos	105
32) Recursos de instituições financeiras	106
33) Recursos de clientes	106
34) Recursos de emissão de títulos	107
35) Dívidas subordinadas	109
36) Provisões técnicas de seguros e previdência	112
37) Planos fechados de previdência complementar	119
38) Outras provisões	122
39) Outros passivos	125
40) Patrimônio líquido	126
41) Transações com partes relacionadas	128
42) Itens não registrados no balanço patrimonial	131
43) Recentes aquisições	131
44) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	132
45) Eventos subsequentes	133

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Bradesco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Bradesco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, que não conteve nenhuma modificação, datado de 14 de abril de 2011.

Osasco, 22 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios internacionais de contabilidade – (*International Financial Reporting Standards – IFRS*)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2012, emitido em 25 de janeiro de 2013, analisamos também as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com princípios internacionais de contabilidade.

Em nossa análise, como mencionado em nosso relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos efetuados pelos auditores independentes e a avaliação dos sistemas de controles internos mantidos pelas diversas áreas financeiras do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Compliance.

São de responsabilidade da Administração a definição e implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações contábeis das empresas que compõem a Organização Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua aderência aos princípios contábeis aplicáveis.

A Auditoria Interna (Departamento de Inspeção Geral) tem como atribuições aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a efetividade das Auditorias Interna e Independente, a efetividade e a suficiência dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e analisar as demonstrações contábeis, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com os princípios internacionais de contabilidade.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 21 de março de 2013

CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME
(Coordenador)

JOSÉ LUCAS FERREIRA DE MELO

ROMULO NAGIB LASMAR

OSVALDO WATANABE

Demonstração Consolidada do Resultado

	R\$ mil			
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2012	2011	2010
Receita de juros e similares		83.133.716	82.367.272	63.772.183
Despesa de juros e similares		(39.640.751)	(46.755.986)	(31.000.892)
Resultado líquido de juros	6	43.492.965	35.611.286	32.771.291
Receita de serviços e comissões		12.841.186	10.868.311	9.421.485
Despesa de serviços e comissões		(36.391)	(33.978)	(26.947)
Resultado líquido de serviços e comissões	7	12.804.795	10.834.333	9.394.538
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação	8	2.110.113	(608.270)	2.212.733
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	9	1.895.974	365.302	754.416
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	10	(951.385)	2.625.813	(682.961)
Resultado de seguros e previdência	11	1.413.016	3.076.175	2.577.730
Receitas operacionais		4.467.718	5.459.020	4.861.918
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	12	(11.510.179)	(8.296.151)	(5.756.125)
Despesas de pessoal	13	(11.656.422)	(11.150.970)	(8.794.017)
Outras despesas administrativas	14	(11.900.383)	(11.477.134)	(9.761.445)
Depreciação e amortização	15	(2.538.260)	(2.120.335)	(1.966.433)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	(8.528.664)	(4.858.702)	(6.002.663)
Despesas operacionais		(46.133.908)	(37.903.292)	(32.280.683)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		14.631.570	14.001.347	14.747.064
Resultado de participação em coligadas	27	870.662	682.122	577.053
Resultado antes da tributação sobre o lucro		15.502.232	14.683.469	15.324.117
Imposto de renda e contribuição social	17	(4.150.538)	(3.594.027)	(5.271.924)
Lucro líquido do exercício		11.351.694	11.089.442	10.052.193
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		11.291.570	10.958.054	9.939.575
Não controladores		60.124	131.388	112.618
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
– Lucro por ação ordinária	18	2,83	2,74	2,52
– Lucro por ação preferencial	18	3,12	3,01	2,77

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Lucro líquido do exercício	11.351.694	11.089.442	10.052.193
Ganhos/(perdas) não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	7.679.798	(763.425)	651.063
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	46.196	389	(11.708)
Efeito dos impostos	(3.080.317)	294.823	(255.742)
Total do resultado abrangente do exercício	15.997.371	10.621.229	10.435.806
Atribuível aos acionistas:			
Controladores	15.937.247	10.489.841	10.323.188
Não controladores	60.124	131.388	112.618

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Balço Patrimonial Consolidado

	R\$ mil		
	Nota	31 de dezembro	
		2012	2011
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	19	59.992.777	93.777.577
Ativos financeiros para negociação	20a	111.839.567	96.597.077
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	81.560.848	45.248.398
Investimentos mantidos até o vencimento	22	3.715.673	4.110.987
Ativos cedidos em garantia	23	106.133.299	97.122.080
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	24	92.821.233	72.663.890
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	25	269.652.428	245.874.949
Ativos não correntes mantidos para venda	26	533.062	445.351
Investimentos em coligadas	27	2.754.998	2.390.466
Imobilizado de uso	29	4.532.355	4.267.218
Ativos intangíveis e ágio	30	7.755.665	7.216.697
Impostos a compensar	17g	5.346.693	4.572.927
Impostos diferidos	17c	17.983.558	17.093.388
Outros ativos	31	36.564.543	30.705.887
Total do ativo		801.186.699	722.086.892
Passivo			
Recursos de instituições financeiras	32	220.826.288	204.290.176
Recursos de clientes	33	210.771.310	216.320.938
Passivos financeiros para negociação	20b	4.049.982	747.210
Recursos de emissão de títulos	34	51.552.093	41.630.969
Dívidas subordinadas	35	34.851.714	26.910.091
Provisões técnicas de seguros e previdência	36	118.768.720	99.112.321
Outras provisões	38	21.047.193	17.926.450
Impostos correntes		3.354.128	2.758.978
Impostos diferidos	17c	3.091.667	2.246.508
Outros passivos	39	61.527.214	50.761.157
Total do passivo		729.840.309	662.704.798
Patrimônio líquido	40		
Capital social		30.100.000	30.100.000
Ações em tesouraria		(197.301)	(183.109)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		34.189.383	26.732.531
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		6.396.736	1.751.059
Lucros acumulados		542.422	632.096
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		71.137.709	59.139.046
Participação de acionistas não controladores		208.681	243.048
Total do patrimônio líquido		71.346.390	59.382.094
Total do passivo e patrimônio líquido		801.186.699	722.086.892

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 1º de janeiro de 2010	26.500.000	(188.874)	87.146	2.254.302	12.768.368	150.032	1.835.659	784.821	44.191.454	455.253	44.646.707
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	9.939.575	9.939.575	112.618	10.052.193
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	390.638	-	390.638	-	390.638
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(7.025)	-	(7.025)	-	(7.025)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	10.323.188	112.618	10.435.806
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(79.536)	-	-	(79.536)	(429.571)	(509.107)
Aquisições de ações em tesouraria	-	(14.789)	-	-	-	-	-	-	(14.789)	-	(14.789)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	193.614	-	-	(193.614)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	501.083	6.151.847	-	-	(6.652.930)	-	-	-
Aumento de capital com reservas ⁽²⁾	2.000.000	-	-	-	(2.000.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital ⁽³⁾	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
Capital a integralizar ⁽³⁾	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.369.083)	(3.369.083)	(30.969)	(3.400.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	28.500.000	(10.049)	87.146	2.755.385	16.726.601	70.496	2.219.272	702.383	51.051.234	107.331	51.158.565
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	10.958.054	10.958.054	131.388	11.089.442
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(468.447)	-	(468.447)	-	(468.447)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	234	-	234	-	234
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	10.489.841	131.388	10.621.229
Aquisições de ações em tesouraria	-	(173.060)	-	-	-	-	-	-	(173.060)	-	(173.060)
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.483	42.483
Ágio na subscrição de ações ⁽³⁾	-	-	11.441	-	-	-	-	-	11.441	-	11.441
Constituição de reservas	-	-	-	551.413	6.736.518	-	-	(7.287.931)	-	-	-
Aumento de capital com reservas ⁽⁴⁾	100.000	-	(62.614)	(37.386)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital ⁽³⁾	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.740.410)	(3.740.410)	(38.154)	(3.778.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	30.100.000	(183.109)	35.973	3.269.412	23.463.119	70.496	1.751.059	632.096	59.139.046	243.048	59.382.094

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (continuação)

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2011	30.100.000	(183.109)	35.973	3.269.412	23.463.119	70.496	1.751.059	632.096	59.139.046	243.048	59.382.094
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	11.291.570	11.291.570	60.124	11.351.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	4.617.960	-	4.617.960	-	4.617.960
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	27.717	-	27.717	-	27.717
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	15.937.247	60.124	15.997.371
Aquisições de ações em tesouraria	-	(14.192)	-	-	-	-	-	-	(14.192)	-	(14.192)
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.499)	(1.499)
Transação de capital – Banco BERJ	-	-	-	-	(29.394)	-	-	-	(29.394)	-	(29.394)
Constituição de reservas	-	-	-	569.062	6.917.184	-	-	(7.486.246)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.894.998)	(3.894.998)	(92.992)	(3.987.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	30.100.000	(197.301)	35.973	3.838.474	30.350.909	70.496	6.396.736	542.422	71.137.709	208.681	71.346.390

(1) Consiste, basicamente, em ganhos/perdas não realizados de títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda (Notas 21 e 23), cujo efeito acumulado dos impostos totalizam R\$ 4.265.009 mil (2011 - R\$ 1.184.692 mil);

(2) Em 10 de junho de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada 10 possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores, foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada 10 possuídas. A mesma Assembleia deliberou o aumento do Capital Social mediante a transferência de reservas, no valor de R\$ 2.000.000 mil, sendo R\$ 1.000.000 mil de ações ordinárias e R\$ 1.000.000 mil de ações preferenciais;

(3) Em 17 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do Capital Social, no valor de R\$ 1.500.000 mil, elevando-o de R\$ 28.500.000 mil para R\$ 30.000.000 mil, mediante a emissão de 62.344.140 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais, mediante subscrição particular pelos acionistas no período de 29 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, na proporção sobre a posição acionária que cada um possuía na data da Assembleia, com integralização à vista em 18 de fevereiro de 2011. O excedente da importância destinada à formação de Capital Social, no valor de R\$ 11.441 mil, apurado pela diferença entre o preço de emissão e o de venda das ações em leilão, foi contabilizado na conta "Reserva de Capital"; e

(4) Em 10 de março de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o aumento de Capital Social, no valor de R\$ 100.000 mil, elevando-o de R\$ 30.000.000 mil para R\$ 30.100.000 mil, mediante a utilização de parte do saldo das contas "Reserva de Capital" e "Reserva de Lucros – Legal", sem emissão de ações.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Atividades operacionais			
Lucro antes da tributação sobre o lucro	15.502.232	14.683.469	15.324.117
Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	11.510.179	8.296.151	5.756.125
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	23.326.101	18.212.405	14.294.976
Ganhos realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda	(2.895.780)	(238.606)	(645.216)
Despesas com outras provisões	4.254.617	5.653.084	3.562.362
Custos de aquisição diferidos (seguros)	(128.005)	(97.748)	(76.996)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	1.697.474	5.126	26.493
Depreciação	1.037.135	990.092	956.092
Amortização de ativos intangíveis	1.501.125	1.130.243	1.010.341
Resultado de participação em coligadas	(870.662)	(682.122)	(577.053)
Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	203.885	237.727	292.595
Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	5.157	8.596	12.148
Ganhos na venda de investimentos em coligadas	(793.360)	-	-
Variações em ativos e obrigações:			
(Aumento)/redução em depósitos compulsórios no Banco Central	23.258.340	(6.013.739)	(47.273.389)
Aumento em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(53.931.816)	(25.693.398)	(29.473.272)
Aumento em empréstimos e adiantamentos a clientes	(78.968.355)	(88.088.656)	(81.584.730)
(Aumento)/redução em ativos financeiros para negociação	23.159.361	(75.106.993)	(36.900.513)
Aumento em outros ativos	(6.299.821)	(6.410.870)	(1.501.595)
Aumento líquido em recursos de instituições financeiras	30.454.440	50.571.306	62.708.679
Aumento líquido em recursos de clientes	7.379.033	38.975.249	32.148.572
Aumento em passivos financeiros mantidos para negociação	3.302.772	14.243	200.545
Redução em provisões técnicas de seguros e previdência	(3.669.702)	(2.593.130)	(3.398.827)
Redução em outras provisões	(1.133.874)	(1.054.500)	(1.086.979)
Aumento em outros passivos	21.006.607	8.852.270	9.209.750
Juros recebidos	67.006.786	64.161.337	52.844.025
Juros pagos	(26.846.989)	(33.332.306)	(20.474.472)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.226.483)	(5.383.283)	(3.196.072)
Outras variações de impostos	(1.227.999)	(4.156.577)	(500.862)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	51.612.398	(37.060.630)	(28.343.156)
Atividades de investimento			
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	(2.552)	(214.676)	(226.765)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda	(163.462.843)	(19.055.607)	(41.287.204)
Baixas de ativos financeiros disponíveis para venda	115.239.210	32.753.402	9.405.730
Resgates pelo vencimento de investimentos mantidos até o vencimento	699.982	105.722	89.844
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	266.123	228.958	327.377
Aquisição de investimentos em coligadas	(97.432)	(111.826)	(786.688)
Alienação de investimentos em coligadas	920.416	-	-
Dividendos recebidos de investimentos em coligadas	476.506	489.200	496.698
Aquisição de imobilizado de uso	(1.675.016)	(1.698.704)	(1.356.856)
Alienação de imobilizado de uso	367.587	102.079	123.876
Aquisição de ativos intangíveis	(2.567.529)	(3.232.620)	(1.695.177)
Dividendos recebidos	117.684	126.696	109.200

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (continuação)

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Juros recebidos	4.920.612	7.190.077	5.494.551
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	(44.797.252)	16.682.701	(29.305.414)
Atividades de financiamento			
Emissão de recursos de emissão de títulos	24.448.024	28.212.490	12.815.608
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(19.956.590)	(5.679.892)	(3.725.745)
Emissão de dívidas subordinadas	12.997.694	9.505.799	1.282.600
Pagamento de dívidas subordinadas	(4.493.518)	(6.542.624)	(828.351)
Ágio na subscrição de ações	-	11.441	-
Aumento de capital em dinheiro	-	1.500.000	-
Aquisição de ações próprias	(14.192)	(173.060)	(14.789)
Transação de capital	(29.394)	-	-
Aumento/(redução) da participação dos acionistas não controladores	(1.499)	42.483	(448.060)
Juros pagos	(5.261.001)	(2.342.856)	(1.611.252)
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos	(3.839.385)	(3.568.337)	(2.914.982)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	3.850.139	20.965.444	4.555.029
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.665.285	587.515	(53.093.541)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	36.853.126	36.265.611	89.359.152
No encerramento do exercício	47.518.411	36.853.126	36.265.611
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.665.285	587.515	(53.093.541)
Transações não de caixa			
Operações de crédito transferidas para ativos não correntes	836.930	758.757	988.702
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, ainda não pagos	2.396.306	2.519.378	2.029.222
Ganhos/perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	4.617.960	468.447	(390.638)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1) Informações gerais

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros contempla os seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2013.

2) Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais no balanço patrimonial: ativos financeiros disponíveis para venda avaliados ao valor justo, ativos e passivos mantidos para negociação mensurados ao valor justo, e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, que são mensurados ao valor justo e, o passivo das obrigações por benefício definido é reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido menos o total líquido dos ativos do plano, mais os ganhos atuariais não reconhecidos, menos o custo dos serviços passados não reconhecido e menos as perdas atuariais não reconhecidas.

A Organização classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de alta liquidez. A Nota 19 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos. Os juros recebidos e pagos são classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações contábeis consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por valor não recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo aquelas de controle compartilhado, bem como os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		31 de dezembro	
		2012	2011
Alvorada Cartões, Crédito Financiamento e Investimento S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Alvorada S.A.	Bancária	99,95	99,95
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Bankpar S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Boavista Interatlântico S.A.	Bancária	100,00	100,00
Banco Bradesco Argentina S.A.	Bancária	99,99	99,99
Banco BERJ S.A. ⁽¹⁾	Bancária	100,00	96,23
Banco Bradescard S.A. ⁽²⁾	Cartões	100,00	100,00
Banco Bradesco BBI S.A.	Banco de Investimentos	98,35	98,35
Banco Bradesco Cartões S.A.	Cartões	100,00	100,00
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm.de Consórcios	100,00	100,00
Bradseg Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros	Seguradora	100,00	100,00
Bradesco Capitalização S.A.	Capitalização	100,00	100,00
Odontoprev S.A. ⁽³⁾	Saúde Dental	43,50	43,50
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00	100,00
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100,00	100,00
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	100,00	100,00
Bradesco Saúde S.A.	Seguradora/Saúde	100,00	100,00
Bradesco Seguros S.A.	Seguradora	100,00	100,00
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência/Seguradora	100,00	100,00
Bradesplan Participações Ltda.	Holding	100,00	100,00
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm.de Ativos	100,00	100,00
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	100,00	100,00
União Participações Ltda.	Holding	100,00	100,00

(1) Aumento de participação por aquisição de ações, ocorrida em maio e junho de 2012;

(2) Atual denominação do Banco Ibi S.A.; e

(3) Empresa consolidada em decorrência do controle por meio de acordo de acionistas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Organização possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios de suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio seja inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Organização controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Organização e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O resultado das controladas adquiridas ou alienadas durante os exercícios é incluído nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo na data da aquisição.

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método de consolidação proporcional.

Para informações financeiras sumarizadas dos empreendimentos controlados em conjunto, veja Nota 28.

iv. Entidades de propósito específico

Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12 (Consolidação de Entidades de Propósito Específico), caso a Organização as controle sob uma perspectiva econômica.

Ao avaliar se a Organização controla ou não uma SPE, além dos critérios da IAS 27, a Organização considera uma série de fatores, entre os quais:

- (a) Se as atividades da SPE são conduzidas em nome da Organização de acordo com suas necessidades comerciais específicas, de modo que a Organização beneficie-se das operações da SPE; ou
- (b) Se a Organização tem o poder de tomar a decisão de obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE ou se a Organização delegou esse poder de decisão ao acionar um mecanismo de “piloto automático”; ou
- (c) Se a Organização possui os direitos para obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE e, portanto, pode estar exposta a riscos incorridos pelas atividades da SPE; ou
- (d) Se a Organização retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relacionados à SPE ou a seus ativos de modo a beneficiar-se de suas atividades.

Sempre que houver uma mudança na forma de relacionamento entre a Organização e a SPE, a Organização reavaliará se o critério de consolidação continuará sendo aplicado. Os indicadores da necessidade de reavaliar a consolidação são, em sua maioria, mudanças na estrutura acionária da SPE, em termos contratuais e na estrutura financeira.

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perda ao valor não recuperável, que deva ser reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Conversão de moeda estrangeira

i. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado – “Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira”.

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;
- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em "Outros resultados abrangentes". Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 19 (b) – Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

d) Operações compromissadas

Ativos financeiros vendidos com compromisso de recompra são classificados nas demonstrações contábeis como “Ativos cedidos em garantia”, quando o adquirente tem o direito de revenda ou repasse desse ativo. O passivo desta transação é registrado como “Recursos de instituições financeiras – Captações no mercado aberto”. Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros na demonstração consolidada do resultado é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

e) Ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

A Organização classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes ativos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado; e ativos financeiros para negociação (quando do reconhecimento inicial).

- ***Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado***

A Organização não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- ***Ativos financeiros para negociação***

Os ativos financeiros para negociação são ativos mantidos pela Organização com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação”. As receitas e despesas de juros e variação cambial de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em “Resultado Líquido de juros”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez ou que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis ou a valor justo por meio do resultado.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido, em resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada em outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. As variações cambiais ativas ou passivas em investimentos de títulos de dívida classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, exceto quando forem oriundas de controladas no exterior, que possuam moeda funcional diferente da moeda da Organização.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, que a Organização tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

São reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os investimentos mantidos até o vencimento estão incluídos na demonstração consolidada do resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é reconhecida como uma dedução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e que a Organização não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

São mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação e, subsequentemente, avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos no balanço patrimonial como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou a clientes. Os juros sobre empréstimos são incluídos no resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos, e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

ii. Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e a custo amortizado.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

- *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- *Passivos financeiros para negociação*

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização correspondem aos instrumentos financeiros derivativos, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge*.

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo no balanço e, seus custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças realizadas e não realizadas no valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação”. As despesas de juros e variação cambial destes passivos são reconhecidos em “Resultado líquido de juros”.

• Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Eles são, inicialmente, registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições financeiras e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação”. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado.

A Organização não pratica operações de *hedge accounting* (*hedge* contábil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, na qual a Organização venha a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação dos valores justos da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. A Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, que consideram dados observáveis no mercado.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

viii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data de balanço, a Organização avalia se há evidências objetivas de que o valor contábil dos ativos financeiros estejam com perda de seu valor recuperável. Os ativos financeiros com perda de seu valor recuperável e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupo de ativos financeiros, que podem ser estimados de modo confiável.

Os critérios que a Organização utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada nos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo; e
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com a inadimplência sobre os ativos.

A Organização considera evidências de perda por redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos quanto para ativos em nível coletivo. Todos os ativos financeiros significativos são avaliados para se detectar perdas específicas.

Todos os ativos significativos, que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados, são avaliados coletivamente para detectar qualquer perda por redução ao valor recuperável incorrido, porém ainda não identificado. Os ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, que não são individualmente significativos, são avaliados coletivamente para detectar perda por redução ao valor recuperável, agrupando-os conforme características de risco similares. Os ativos financeiros, que são individualmente avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável e que seja reconhecida uma perda, não são incluídos na avaliação coletiva de perda por redução ao valor recuperável.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

Para efeitos de uma avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agrupados com base em características semelhantes de risco de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

crédito (isto é, com base no processo, a Organização classifica o tipo de ativo, segmentos de atuação, localização geográfica, tipo de garantia, vencimento e outros fatores relacionados). Essas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros para grupos de tais ativos, por serem indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas, de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros em um grupo de ativos financeiros, testados conjuntamente para determinar se há alguma redução ao valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratados de um grupo de ativos e no histórico de perdas para os ativos com características de risco de crédito similares as do grupo de ativos. O histórico de perdas é ajustado de acordo com dados atuais observáveis para refletir os efeitos das condições atuais, que não afetaram o período no qual o histórico de perda se baseia e para desconsiderar os efeitos das condições existentes no período histórico e que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após a redução ao valor recuperável, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, a fim de mensurar a perda por redução ao valor recuperável.

Quando não for possível receber um crédito, este é baixado contra a respectiva provisão para perda por redução ao valor recuperável de créditos. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Organização avalia, ao final de cada período de apresentação de relatórios, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está se deteriorando. Para os instrumentos de dívida, a Organização utiliza os critérios supra mencionados no item (a). Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que foram incorridos, nos ativos uma perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. Perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos de capital reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Aumento no valor justo dos instrumentos de capital, após a redução ao valor recuperável, é reconhecido diretamente no patrimônio líquido - outros resultados abrangentes.

f) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, uma propriedade é reintegrada após a execução dos créditos inadimplentes. Propriedades reintegradas são mensuradas pelo valor contábil ou pelo seu valor justo - o que for menor - deduzidos os custos de venda, e o montante é registrado em "Ativos não correntes mantidos para venda".

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

g) Operações de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de uma redução ao valor recuperável são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

h) Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos, os montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices e contratos de previdência, e as despesas com agenciamentos e angariações realizadas no período de doze meses.

i) Imobilizado de uso

i. Reconhecimento e avaliação

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade. *Software* adquirido, que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado, é registrado como parte do equipamento.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados (pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

i. Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Veja Nota 2(a)(ii). Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou grupos de UGCs para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando o valor recuperável da UGC com o valor contábil de seus ativos líquidos, contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. *Software*

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* varia de dois a cinco anos. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando aplicável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar a irrecuperabilidade do valor contábil dos ativos, sendo que nesse caso sua baixa é reconhecida imediatamente no resultado.

k) Arrendamento mercantil

A Organização possui arrendamento mercantil financeiro e operacional, participando tanto como arrendador quanto como arrendatário.

Os arrendamentos, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros.

Os arrendamentos, cuja Organização assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Como arrendatário, a Organização classifica seus arrendamentos, substancialmente, como arrendamentos operacionais, sendo que os pagamentos mensais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento pelo prazo de vigência do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes do vencimento contratual, qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

Como arrendador, a Organização possui, substancialmente, contratos de *leasing* financeiro.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os pagamentos contingentes são contabilizados, por meio de revisão dos pagamentos mínimos de arrendamento sobre o prazo remanescente da operação quando o ajuste do arrendamento for confirmado.

i. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro no balanço patrimonial é realizado na conta de “empréstimos e adiantamentos a clientes” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pela Organização e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamentos mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro na venda do arrendamento, no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido feito pela Organização.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados no mínimo anualmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada periodicamente e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida no resultado imediatamente.

ii. Concessão de arrendamento mercantil operacional

Os ativos mantidos em um arrendamento operacional no balanço patrimonial, quando a Organização atua como arrendador, são contabilizados nas contas do ativo, de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pela Organização são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A receita do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pela Organização para ativos similares.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno. O montante de ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

O valor recuperável do ativo é o maior valor entre o valor justo dos ativos menos o custo de venda e o valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

m) Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados são as principais fontes de captação utilizadas pela Organização para financiamento de suas operações.

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e, subsequentemente, mensurados por seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

n) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes são divulgados, caso exista uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou caso exista uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, quando relevantes.

o) Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Um contrato de seguro é aquele em que a Organização aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso ao segurado. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativo. Os contratos classificados como contratos de investimento são produtos relacionados aos títulos de capitalização uma vez que estes não transferem risco de seguro significativo e são contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IAS 39.

p) Provisões técnicas de seguros e previdência

i. Seguros de danos

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão, correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.

A provisão de insuficiência de prêmios (PIP) deve ser constituída caso constatado déficit na PPNG referente aos riscos em curso para fazer face às indenizações a ocorrer e despesas relacionadas futuras. Para a data base não foi identificada a necessidade de constituição.

Outras provisões correspondem às operações de garantia estendida ainda em prazo de garantia do fabricante e à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

ii. Seguros de pessoas, exceto vida individual

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão de insuficiência de prêmios (PIP) é constituída para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras e o valor presente esperado dos prêmios futuros. A provisão é calculada atuarialmente e leva em consideração a tábua biométrica AT-2000 *Male* para homens e AT-2000 *Female* para mulheres, *improvement* de 1,5% ao ano, taxas decrementais específicas para as demais coberturas de risco descontada a taxa real de juros de 3,5% ao ano (4% até agosto de 2012).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PROVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar e às devoluções de prêmios ainda não transferidas para entidade receptora.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial conhecidos.

iii. Seguros de vida individual, excluindo os seguros de contribuição variável com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de riscos não expirados (PRNE) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém, contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PROVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para entidade receptora.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de benefícios a regularizar (PBR) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial conhecidos.

iv. Saúde

Para o segmento de saúde, a provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados.

Para a carteira de planos de saúde individuais, no que se refere à cobertura de remissão por cinco anos para os dependentes do titular em caso de falecimento deste, constitui-se a provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC), cuja metodologia de cálculo leva em consideração, além da taxa de desconto de 5,5% utilizada até agosto de 2012 e após essa data de 4% ao ano, a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída do

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados a permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios.

A provisão de benefícios concedidos (PMBC), da carteira de planos de saúde individuais, é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, tomando-se como base o valor presente das despesas futuras estimadas com os custos de assistência saúde dos dependentes dos titulares já falecidos.

As outras provisões são constituídas, para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras e o valor presente esperado dos prêmios futuros considerando uma taxa de desconto de 5,5% até agosto de 2012 e após essa data a taxa de 4% ao ano.

v. Operações com o seguro DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

vi. Previdência complementar aberta e seguros de vida de contribuição variável com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de riscos não expirados (PRNE) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém, contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Nos planos de previdência, conhecidos como “tradicional” com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas, tais como mortalidade e taxa de juros, que são estabelecidas em nota técnica atuarial de cada produto.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder vinculadas a seguros de vida e planos de previdência da modalidade “gerador de benefícios livres” (VGBL e PGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PROVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para entidade receptora.

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas, tais como mortalidade e taxa de juros, que são estabelecidas em nota técnica atuarial de cada produto.

A provisão de insuficiência de contribuição (PIC) é constituída para fazer face à eventual oscilação desfavorável nos riscos técnicos assumidos na provisão matemática de benefícios a conceder e na provisão matemática de benefícios concedidos, considerando tendência de maior sobrevivência dos participantes. Nos planos com risco de sobrevivência, a provisão é calculada atuarialmente e leva em consideração a tábua biométrica AT-2000 *Male* (suavizada)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

para homens e AT-2000 *Female* (suavizada) para mulheres, *improvement* (agravamento) de 1,5% ao ano e taxa real de juros de 3,5% ao ano a partir de agosto de 2012 (4% até julho de 2012). Nos planos com risco de sobrevivência de inválidos, a provisão leva em consideração a tábua biométrica AT-49 *Male* e taxa real de juros de 3,5% ao ano a partir de agosto de 2012 (4% até julho de 2012). *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua de sobrevivência automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

A provisão de despesas administrativas (PDA) é constituída para cobrir as despesas administrativas futuras dos planos de benefício definido, de contribuição definida e de contribuição variável. As premissas de cálculo são as mesmas consideradas no cálculo da PIC, com a inclusão da despesa com pagamento de benefícios.

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde à parte do rendimento financeiro obtido com a aplicação das provisões, que excede a rentabilidade mínima dos planos de previdência com cláusula de participação de excedente financeiro.

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os planos de previdência com cláusula de participação em excedente técnico.

A provisão de benefícios a regularizar (PBR) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial conhecidos.

vii. Teste de adequação de passivo (*Liability Adequacy Test - "LAT"*)

A Organização efetuou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, segundo a IFRS 4, e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido dos custos de aquisição diferidos (CAD) e os ativos intangíveis relacionados.

Para esse teste, a Organização utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As premissas de sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, despesas de comercialização, cancelamento, contribuições futuras, resgates e conversão em renda adotadas no teste têm como base as observações históricas. Já as premissas de mortalidade e de sobrevivência seguem as tábuas biométricas construídas, especificamente, com a experiência do mercado segurador brasileiro, BR-EMS, sendo considerada ainda uma premissa de melhoria contínua da expectativa de vida, conhecida tecnicamente como *improvement*, de acordo com a Escala G da Sociedade de Atuários - SOA.

Foram utilizadas as taxas de desconto utilizadas para se trazer os fluxos projetados a valor presente são as taxas a termo, livres de risco correspondentes à garantia oferecida em cada produto.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Organização deve registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do exercício e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base do teste.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência em relação às provisões técnicas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

q) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações contábeis ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre o montante inicial, deduzida a amortização acumulada, e a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia caso a Administração considere tal desembolso como provável. Estas estimativas são determinadas com base na experiência de transações semelhantes e histórico de perdas passadas, complementadas pelo julgamento da Administração. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

r) Benefícios aos empregados

i. Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade "Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL)". O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

O PGBL é administrado pela controlada Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário.

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação a planos de benefício definido, é referente exclusivamente a planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício futuro que os empregados conquistaram por meio de seu trabalho no período corrente e em anteriores. Tal benefício é descontado para determinar seu valor presente e são deduzidos quaisquer custos de serviço passado não reconhecido e valor justo de quaisquer ativos de plano. A taxa de desconto é a taxa na data de balanço para os títulos com risco de crédito denominados "AA", cujos vencimentos se aproximam do prazo das obrigações do grupo. O cálculo é executado por um atuário, utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Para determinar o valor líquido no balanço patrimonial, os ganhos e perdas atuariais, que não foram reconhecidos por consequência da aplicação do "corredor" descrita a seguir, são adicionados ou deduzidos, quando apropriado, e os custos dos serviços passados não reconhecidos são deduzidos.

A Organização reconhece uma parcela dos ganhos e perdas atuariais oriundos do cálculo da obrigação em relação a um plano no resultado durante o tempo estimado remanescente de trabalho dos empregados participantes do plano. Na medida em que qualquer ganho ou perda atuarial não reconhecido e acumulado exceda a 10% do maior valor entre o valor presente da obrigação dos benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano. O valor é reconhecido na demonstração de resultado ao longo do tempo estimado de serviço remanescente dos empregados participantes. Caso contrário, o ganho ou perda atuarial não é reconhecido.

Quando os benefícios de um plano são agravados, a parcela do aumento do benefício relacionado ao serviço passado do empregado é reconhecida no resultado pelo método linear durante o período médio até que os benefícios se tornem efetivos. Na medida em que os benefícios são adquiridos, a despesa é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

iii. Benefícios rescisórios

Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo

Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Planos de capitalização

Os títulos de capitalização têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento do recebimento dos recursos. Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial – TR + 0,5% de juros ao mês e que forma a provisão matemática para resgates.

Ainda, os beneficiários dos títulos podem, através de sorteio, receber um prêmio de sorteio. Ao final do período pré-determinado, quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal caso o mesmo não tenha sido beneficiado pelo sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo órgão regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro, segundo a IFRS 4 e, portanto, são classificados como um passivo financeiro, segundo a IAS 39.

A provisão matemática para resgates é calculada para cada título ativo ou suspenso, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

A provisão matemática para resgates é calculada pelos valores dos títulos vencidos e, também, pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes. As provisões são atualizadas monetariamente com base nos indexadores previstos em cada título.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As provisões para sorteios a realizar e a pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

t) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

u) Serviços e comissões

As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos à medida que os serviços relacionados são prestados. Quando não é esperado que o compromisso de um empréstimo resulte na queda do mesmo, as taxas relacionadas ao compromisso são reconhecidas, em uma base linear ao longo do prazo do compromisso. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

v) Resultado de seguros

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e as comissões correspondentes, são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguro, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas (custos de aquisição diferidos).

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro mantidas com o IRB Brasil Resseguros S.A. são contabilizadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB e as operações mantidas com outros resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de maneira consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão pagas pelos fundos de investimento especialmente constituídos são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

Comissões pagas aos corretores e outras despesas de venda de planos de previdência e seguros de vida são diferidos e depois amortizados em uma base linear durante o prazo da apólice. Outras despesas bem como inscrições relacionadas com a seguro saúde são diferidos e amortizados pelo método linear ao longo de doze meses.

Os prêmios de resseguros cedidos são diferidos de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

w) Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Despesas com impostos compreendem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal também é reconhecido no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer passivo fiscal proveniente da declaração de dividendos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação, que não seja combinação de negócios, e que não afete a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam no futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou, substantivamente, decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Organização leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Organização acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Organização a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou sobre entidades fiscais diferentes, mas as mesmas pretendem liquidar os ativos e passivos de imposto corrente em bases líquidas ou seus ativos e passivos serão realizados simultaneamente.

Impostos adicionais decorrentes da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos ao mesmo tempo em que a obrigação de pagar os respectivos dividendos é reconhecida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

x) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Administração. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

y) Patrimônio líquido

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Dividendos do exercício, que foram aprovados e declarados após a data-base das demonstrações contábeis, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

iv. Transações de capital

Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

3) Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura da atividade de gerenciamento de riscos é composta por Comitês Estatutários e Comitês Executivos, que subsidiam o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

A Organização dispõe de um Comitê Estatutário, denominado Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar a Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos.

Subsidiando esse Comitê Estatutário, existem os Comitês Executivos de Gestão de Riscos de: a) Crédito, b) Mercado e Liquidez, c) Operacional, d) Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, e e) Implantação de Basileia II, existindo ainda os Comitês Executivos das áreas de negócios, que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e ao Conselho de Administração.

Destaca-se nesta estrutura, o Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, cuja missão é promover e viabilizar o controle dos riscos e a alocação de capital das atividades da Organização, de maneira independente, consistente, transparente e integrada. Esta área também tem por atribuição atender as determinações do Banco Central do Brasil pertinentes às atividades de gerenciamento de riscos.

3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais sob os termos pactuados originalmente. Para propósitos de divulgação do gerenciamento de risco, a Organização considera e consolida todos os elementos de risco de crédito expostos, tais como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre, principalmente, de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Há, também, o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce, continuamente, o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

magnitude, assim como a identificação dos seus gestores, mensuração e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

A Organização mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização. Normalmente, as garantias relacionadas a este tipo de operação são os depósitos de margem, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Concessão de crédito

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na política de crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo este processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos da Organização e atende as determinações do Banco Central do Brasil.

Na constante busca por agilidade e rentabilidade nos negócios, a Organização utiliza metodologias direcionadas e adequadas em cada segmento em que atua, orientando a concessão de operações de crédito e a fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais e comportamentais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais existentes na Organização, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para o deferimento depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*score/rating*). As propostas de negócio com riscos acima destas alçadas são submetidas para análise técnica e parecer do Departamento de Crédito.

O Comitê Executivo de Crédito, por sua vez, tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites, após parecer favorável deste Comitê, poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, a concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando assim, os riscos inerentes às operações.

Para concessão de créditos massificados de varejo, a Organização possui sistemas exclusivos de *Credit* e *Behavior Scoring*, que proporcionam a padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas, que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando sempre ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Classificação de risco de crédito

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de normas e procedimentos de crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a precificação das operações, quanto para a definição de garantias a cada situação.

As classificações de risco para grupos econômicos (pessoas jurídicas) fundamentam-se em procedimentos estatísticos e julgamentais parametrizados, informações quantitativas e qualitativas. As classificações são efetuadas de modo corporativo e acompanhadas periodicamente, com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, as classificações de risco baseiam-se em variáveis cadastrais, tais como renda, patrimônio, restrições e endividamento, além do histórico de relacionamento com a Organização, valendo-se também de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

A seguir demonstra-se a classificação de risco utilizada, baseada na capacidade dos clientes honrarem seus compromissos:

	Rating interno	Classificação da Organização
1	AA1	
2	AA2	
3	AA3	
4	A1	
5	A2	Baixo risco
6	A3	
7	B1	
8	B2	
9	B3	
10	C1	
11	C2	
12	C3	
13	D	Médio risco
14	E	
15	F	Maior risco
16	G	
17	H	

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa e centralizada. Todas as exposições a risco de crédito são analisadas, mensuradas, classificadas e acompanhadas de maneira independente pela área de risco de crédito.

Esta área participa do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

A área de risco de crédito atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação e na avaliação de riscos, quando da criação ou revisão de produtos e serviços.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Controle e acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de risco de crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos.

O departamento coordena, na estrutura de governança de riscos, o Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, onde são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que está subordinado ao Conselho de Administração.

Além do Comitê, a área promove reuniões mensais, com os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplências, perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, recuperações de crédito, limites e concentrações de carteiras, dentre outros. Essas informações também são reportadas ao Comitê de Auditoria.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica, onde a empresa tem as exposições à riscos mais representativas.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, que são revisados ao menos uma vez por ano.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado diariamente, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Administração, sendo compostos por relatórios diários, mensais e trimestrais.

Com o objetivo principal de sinalizar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de controle de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas, da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores.

A Organização também dispõe de um sistema corporativo de indicadores de risco de crédito, onde são disponibilizadas para as áreas de concessão de crédito, recuperação de crédito, diretorias de segmento, gerências regionais e agências as informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras. Este sistema possibilita a visualização das informações, desde um nível macro até o nível mais detalhado, permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita através de *dashboards*, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, colaboradores e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, grau de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Caixa e disponibilidades em bancos	59.992.777	93.777.577
Instrumentos financeiros derivativos	3.222.631	955.912
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	92.821.233	72.663.890
Empréstimos e adiantamentos a clientes	289.690.122	263.521.615
Outros ativos financeiros	294.502.309	237.166.083
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	740.229.072	668.085.077
Total dos itens não registrados no balanço patrimonial (Nota 42)	203.688.081	180.842.424
Total da exposição	943.917.153	848.927.501

A exposição total relativa ao risco de crédito da Organização atingiu R\$ 943.917.153 mil em 2012, apresentando um incremento de 11,2% em relação a 2011.

Desta exposição, R\$ 59.992.777 mil, ou seja, 6,36% do total referem-se à caixa (recursos em espécie) e disponibilidades em bancos, compostos, principalmente, por recursos depositados no Banco Central do Brasil, classificados como baixo risco de crédito.

Quanto ao item “Outros ativos financeiros”, com valor total de R\$ 294.502.309 mil (31,2% da exposição total), são compostos por ativos financeiros que apresentam risco de crédito relativamente baixo, por serem em sua maioria títulos de emissão do governo brasileiro e registrados ao seu valor de mercado.

Em 2012, os itens não registrados no balanço patrimonial consolidado (registrados em contas de compensação) resultaram em R\$ 203.688.081 mil (2011 - R\$ 180.842.424 mil), atingindo um patamar de 21,6% (2011 – 21,3%) da exposição total.

Nos quadros a seguir, apresentam-se o detalhamento das demais exposições sujeitas a risco de crédito, as quais totalizaram R\$ 385.733.986 mil, correspondendo a 40,9% da exposição total, sendo compostas por instrumentos financeiros derivativos (R\$ 3.222.631 mil), empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (R\$ 92.821.233 mil) e a clientes (R\$ 289.690.122 mil).

Instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Negociados em bolsa de valores	209.098	4.249
Contrato de balcão	3.013.533	951.663
Total	3.222.631	955.912

Quanto aos instrumentos financeiros derivativos, observa-se que 93,5% do total referem-se, basicamente, a contratos de balcão. Deste montante, a maioria das contrapartes é classificada nos *ratings* internos da Organização como de baixo nível de risco de crédito. Desta forma, a exposição ao risco de crédito de instrumentos financeiros derivativos não é significativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

A carteira de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras classificada pelo *rating* interno da Organização apresenta-se como segue:

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Baixo risco	92.679.931	72.663.890
Médio risco	141.302	-
Maior risco	-	-
Total	92.821.233	72.663.890

Ratings conforme determinado pela Organização: Baixo risco: *Ratings* AA1 – C3; Médio risco: *Rating* D; e Maior Risco: *Ratings* E – H.

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras estão classificados como não vencidos e sem redução ao valor recuperável. Além disso, a carteira não apresenta histórico de renegociações de dívidas.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados como:

- Não vencidos e sem redução ao valor recuperável;
- Vencidos, mas sem redução ao valor recuperável; e
- Com redução ao valor recuperável, incluindo empréstimos e adiantamentos classificados como “*impaired*” ou analisados individualmente para perda.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes da Organização são classificados como “*impaired*” quando eles: (a) estiverem em atraso superior a 90 dias, (b) com prejuízo, (c) que tenham sido renegociados de forma que é concedido ao tomador uma concessão que nós normalmente não consideraríamos, (d) que tenham sido reclassificados para níveis de alto risco, e/ou (e) que tenham sofrido eventos falimentares (decretação de falência, ou requerimento, concessão ou homologação de recuperação judicial ou extrajudicial).

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Não vencidos e sem redução ao valor recuperável (i)	253.919.964	230.869.648
Vencidos, mas sem redução ao valor recuperável (ii)	6.870.676	6.352.829
Com redução ao valor recuperável (iii)	28.899.482	26.299.138
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	289.690.122	263.521.615
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.037.694)	(17.646.666)
Valor líquido	269.652.428	245.874.949

A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes apresentou um crescimento de 9,9% em 2012 comparativamente a 2011.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**(i) Empréstimos e adiantamentos a clientes não vencidos e sem redução ao valor recuperável**

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Baixo risco	247.191.716	226.629.368
Médio risco	5.893.756	3.675.521
Maior risco	834.492	564.759
Total	253.919.964	230.869.648

Ratings conforme determinado pela Organização: Baixo risco: *Ratings* AA1 – C3; Médio risco: *Rating* D; e Maior Risco: *Ratings* E – H.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes classificados como não vencidos e sem redução ao valor recuperável alcançaram R\$ 253.919.964 mil em 2012.

Do total dessas operações, 97,4% estavam classificados como baixo risco.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos, mas sem redução ao valor recuperável

Demonstramos a seguir a análise por faixa de dias vencidos dos contratos de empréstimos e adiantamentos, que não estão marcados como “*impaired*” na análise coletiva e sem redução ao valor recuperável pela análise individual.

Para efeitos desta análise, um ativo é considerado em atraso e incluído no quadro, quando qualquer pagamento é recebido em atraso ou não recebido sob estritas condições contratuais. O montante incluído nesta categoria refere-se ao ativo financeiro total, ou seja, não apenas a parcela em atraso, mas sim o valor contratual acrescido de juros.

Os empréstimos e adiantamentos para os clientes, que não são individualmente significativos, e que não tenham sido classificados como *impaired*, são apresentados nesta categoria.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos podem ser apresentados nesta categoria quando, após realizada a análise individual, não foi identificada necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável individual e, dessa forma, o mesmo é direcionado para a análise de perda coletiva.

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Vencidos em até 60 dias	5.767.086	5.401.445
Vencidos de 61 a 90 dias	1.044.112	920.843
Vencidos acima de 90 dias	59.478	30.541
Total	6.870.676	6.352.829

O quadro anterior mostra os empréstimos e adiantamentos, que apesar de registrarem algum atraso, não apresentam indicações de possível redução ao valor recuperável. Esse montante representou 2,4% da carteira em 2012, como em 2011.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**(iii) Empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável**

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Carteira a vencer	12.192.312	11.126.234
Vencidos até 60 dias	3.238.022	3.155.675
Vencidos de 61 a 90 dias	1.463.613	1.356.916
Vencidos acima de 90 dias	12.005.535	10.660.313
Total	28.899.482	26.299.138

Os empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável alcançaram R\$ 28.899.482 mil e representaram 10,0% do total da carteira em 2012 (10,0% em 2011).

Por modalidade

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e adiantamentos com redução ao valor recuperável, subdivididos por modalidade:

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Cartão de crédito	4.405.268	4.282.203
Crédito pessoal	4.276.993	3.945.625
Veículos - CDC	4.075.453	3.471.296
Capital de giro	3.643.822	2.765.937
Repasses BNDES/Finame	1.257.241	1.078.121
<i>Leasing</i>	1.193.581	1.743.897
Financiamento imobiliário	793.113	577.885
Financiamento a exportação	627.616	498.236
Crédito rural	595.879	780.236
Cheque especial	564.521	521.851
Conta garantida	334.724	331.784
Outros	7.131.271	6.302.067
Total	28.899.482	26.299.138

Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável”, que estão incluídas as renegociações, são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Saldo inicial	8.658.167	6.911.604
Valores renegociados adicionais, inclusive juros	8.570.769	7.800.419
Pagamentos recebidos	(3.965.199)	(3.559.407)
Baixa contábil	(3.619.822)	(2.494.449)
Saldo final	9.643.915	8.658.167
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(6.504.198)	(5.521.460)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda por redução ao valor recuperável	3.139.717	3.136.707
Perda por redução ao valor recuperável sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	67,4%	63,8%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	3,3%	3,3%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda por redução ao valor recuperável	1,2%	1,3%

No momento em que o empréstimo é modificado, nossa Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela nossa Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

Concentração do risco de crédito de empréstimos e adiantamentos

	31 de dezembro	
	2012	2011
Maior devedor	0,9%	0,9%
Dez maiores devedores	5,2%	5,2%
Vinte maiores devedores	8,1%	8,6%
Cinquenta maiores devedores	12,9%	14,0%
Cem maiores devedores	16,9%	18,1%

Houve uma redução dos níveis de concentração em 2012, entre os vinte, cinquenta e cem maiores devedores comparativamente a 2011.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Setor público	423.180	1.046.107
Federal	260.544	764.524
Estadual	162.636	281.583
Setor privado	289.266.942	262.475.508
Pessoa física	113.742.566	100.432.908
Indústria	54.187.104	52.582.415
Comércio	45.315.607	43.018.181
Serviços	72.447.760	63.025.931
Agronegócios	3.573.905	3.416.073
Total da carteira	289.690.122	263.521.615
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.037.694)	(17.646.666)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	269.652.428	245.874.949

A distribuição da carteira por setor de atividade econômica apresentou variação na participação dos setores que a compõem, destacando-se a maior participação da “pessoa física” e “serviços”.

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente, a Organização avalia a existência de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Inicialmente, os clientes são classificados em individualmente significativos e individualmente não significativos. Após esta classificação inicial, os clientes são avaliados conforme apresentem um ou mais eventos de evidência objetiva de perda. Como as vezes pode não ser possível identificar um específico evento que tenha causado a perda ao valor recuperável, são então observados os efeitos combinados de vários eventos. Além disso, os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos contratados, renegociação ou evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para os clientes individualmente significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável é realizada individualmente, considerando os fluxos de caixa futuro esperado de cada cliente, incluindo neste a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

Para os clientes individualmente não significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável é realizada conforme modelagem baseada na experiência histórica da Organização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os clientes, que não apresentem evidência objetiva específica de perda ao valor recuperável, tanto os individualmente significativos quanto os não significativos, são avaliados coletivamente por meio de modelos internos da Organização, baseados em parâmetros coletivos de perdas observadas e parâmetros macroeconômicos de atividade econômica e inadimplência.

Na avaliação coletiva, são utilizados os modelos de *Probability of Default*, *Loss Given Default*, bem como o fator *Loss Identification Period*.

Probability of Default (PD): estipula a probabilidade de inadimplência percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelo interno de avaliação. Este parâmetro de risco é diferenciado, conforme o segmento a que pertença: os modelos para varejo são quantitativos e os modelos para atacado são quantitativos e qualitativos (julgamentais).

Loss Given Default (LGD): refere-se ao percentual efetivamente perdido após as tentativas de recuperação, dado o descumprimento do contrato, definido em termo do percentual da exposição.

Loss Identification Period (LIP): período intermediário entre a ocorrência de evento de perda em grupos de ativos financeiros significativos e não significativos, que sejam coletivamente avaliados, e a sua identificação pela instituição como perda por redução ao valor recuperável.

Baixas

Os créditos são baixados do balanço patrimonial contra a "Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos" quando considerados incobráveis ou considerados como perda permanente. As operações de crédito são baixadas, quando apresentam entre 180 e 360 dias de atraso nos pagamentos. Entretanto, as operações de créditos de prazos originalmente acima de 36 meses são baixadas entre 360 e 540 dias, quando apresentarem atrasos nos pagamentos.

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias (*collaterals*), formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, ou por meio de avais e fianças de terceiros (*guarantees*). A avaliação da eficiência destes instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores, e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantia (*collaterals*) são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos; incluem-se ainda entre as garantias reais títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças, destacam-se as garantias bancárias e cartas de crédito.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração linear ao longo da vigência da operação. No caso de um evento de crédito (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela abaixo apresenta as operações de derivativos de crédito:

	R\$ mil	
	Valor de risco de crédito	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Transferido		
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
• Títulos e valores mobiliários - Título da dívida pública brasileira	(265.655)	(543.982)
• Derivativos com empresas	(4.087)	(3.752)
Recebido		
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
• Títulos e valores mobiliários - Título da dívida pública brasileira	-	778.457
• Derivativos com empresas	6.131	5.627
Total	(263.611)	236.350
Margem depositada	5.109	4.690

A Organização realiza operações envolvendo derivativos de crédito com o objetivo de maximizar a gestão de sua exposição ao risco de seus ativos. Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos diversos em 2013. A marcação a mercado das taxas de proteção, que remuneram a contraparte receptora do risco, totaliza R\$ (332) mil (2011 - R\$ 826 mil). Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

3.2. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e controlado sendo as diretrizes e limites de exposição ao risco de mercado monitorados diariamente, de maneira independente.

Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

Em consonância com a Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração dos riscos de mercado e liquidez na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, cuja revisão é realizada anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento de risco de mercado é realizado de maneira corporativa, centralizada e independente. Este processo envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas, na mensuração e controle do risco de mercado, o que permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, a partir de janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado, que já eram utilizados na sua gestão, para apuração do capital regulamentar. O processo de gerenciamento, aprovado pelo Conselho de Administração, é também revalidado anualmente pelos Comitês e pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características das operações, que são segregadas nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Para a Carteira *Trading*, são monitorados os seguintes limites:

- Risco;
- Estresse;
- Resultado; e
- Exposição Financeira.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus respectivos *hedges*.

Para a Carteira *Banking*, são monitorados os seguintes limites:

- Risco da Taxa de Juros; e
- Carteira de Ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias adequadas a cada situação, tais como, de *Value at Risk (VaR)*, *Economic Value Equity (EVE)*, Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e Exposição Financeira.

Carteira *Trading* e risco de ações da Carteira *Banking*

Apesar de serem controlados separadamente, os riscos da Carteira *Trading* e das posições em ações da Carteira *Banking* são mensurados através da metodologia de VaR Delta-Normal, ajustado com riscos Gama e Vega das operações com opções, para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos, que atribuem maior peso aos retornos recentes.

O risco da Carteira *Trading* também é controlado pelo Teste de Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos, que sejam desfavoráveis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

financeiramente às posições da Organização. A análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área econômica da Organização, a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco em que a Carteira *Trading* possui posição.

Para fins regulatórios, a alocação de capital referente às ações da Carteira *Banking*, é realizada através da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos a partir da metodologia EVE, que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica da Organização, que buscam determinar movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros sobre nossas aplicações e captações.

A metodologia EVE consiste em precificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira, tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados para o horizonte de um ano. A diferença entre os valores obtidos para a carteira será o EVE, ou seja, o risco de taxa de juros atribuído à Carteira *Banking*.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* não é utilizada a premissa de liquidação antecipada de empréstimos, pois essa situação não é representativa diante do volume total de operações. Para os depósitos, que não possuem vencimento definido, depósitos à vista e de poupança, é realizado tratamento para verificar o seu comportamento histórico e a sua possibilidade de manutenção.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado primariamente por área independente, pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, as posições são semanalmente discutidas no Comitê Executivo de Tesouraria, onde os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias para as próximas semanas são debatidas e validadas. Tanto o processo de governança quanto os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, quando são revisados ao menos uma vez por ano.

Comunicação interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são complementados com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos, assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Administração recebem os relatórios.

Hedge econômico e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos da Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas, que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

A Tesouraria do Bradesco pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, CDS – *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados, que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas tem o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Apresentamos a seguir, a evolução da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting*, a Análise de Estresse e a Análise de Sensibilidade.

Exposição financeira – Carteira *Trading*

Apresentamos a seguir quadro contendo a exposição financeira da Carteira *Trading* da Organização, incluindo derivativos:

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	231.620.621	200.058.048	170.794.858	172.613.428
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	14.311.059	13.581.800	24.427.606	16.552.061
Cupom cambial	3.440.579	7.507.735	6.087.770	9.962.956
Moedas estrangeiras	7.862.049	10.126.565	10.841.088	12.762.036
Renda variável	602.561	415.269	1.036.939	361.491
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	8.321.309	7.053.277	11.559.049	14.358.091
Outros (*)	1.145.887	55.104	14.684.728	13.873.477
Total no final do ano	267.304.065	238.797.798	239.432.038	240.483.540

(*) Compreendem, basicamente, CDI (Certificados de Depósito Interbancário) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

VaR Modelo Interno – Carteira Trading

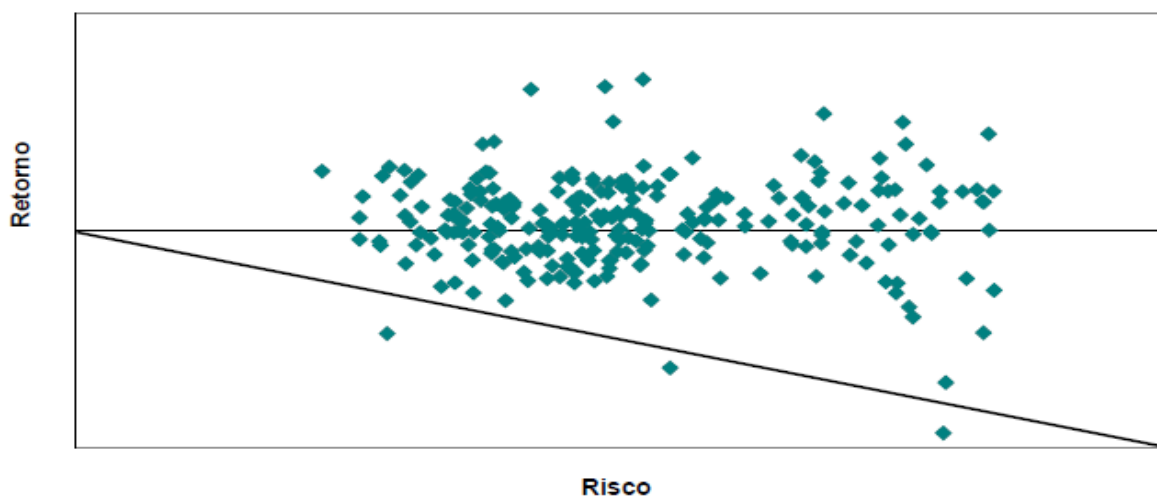
O VaR médio em 2012, assim como o risco no final do ano, aumentaram em relação a 2011, refletindo principalmente a elevação da exposição nos fatores de risco “Prefixado” e “IPCA/IGP-M”, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Prefixado	94.956	34.963
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	116.608	82.986
Cupom cambial	11.553	18.352
Moedas estrangeiras	23.641	38.360
Renda variável	9.209	47.040
Soberanos/eurobonds e treasuries	19.760	21.902
Outros	4.245	48
Efeito correlação/diversificação	(79.700)	(114.819)
VaR no final do ano	200.272	128.832
VaR médio no ano	189.445	81.133
VaR mínimo no ano	82.476	19.749
VaR máximo no ano	540.027	241.081

VaR Modelo Interno – Backtesting

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado tanto com o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, quanto com o resultado efetivo, aqui considerando a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

Seu principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos realizados deve estar de acordo com os testes estatísticos realizados e com o nível de confiança estabelecido (99%). O gráfico a seguir mostra o VaR e os resultados diários correspondentes aos últimos doze meses, período em que os resultados adversos superam o estimado em três vezes, ou seja, o número de rompimentos está dentro do limite definido nos testes estatísticos e do nível de confiança do modelo adotado, prova de sua consistência.



Obs.: os pontos localizados abaixo da linha representam os rompimentos do modelo estatístico de VaR utilizado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Análise de Estresse – Carteira Trading**

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Organização avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda média estimada em situação de estresse seria de R\$ 1.388.024 mil em 2012 (2011 – R\$ 1.529.674 mil), sendo que a perda máxima estimada seria de R\$ 2.489.434 mil (2011 – R\$ 2.267.302 mil).

	R\$ mil			
	Com diversificação (situação de estresse)		Sem diversificação (sem situação de estresse)	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
No final do ano	1.438.977	1.424.216	2.207.422	2.067.878
Médio no ano	1.388.024	1.529.674	2.087.586	2.204.947
Mínimo no ano	334.096	874.320	852.719	1.598.525
Máximo no ano	2.489.434	2.267.302	3.346.254	2.813.747

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Análise de Sensibilidade

A Carteira *Trading*, também é acompanhada diariamente por análises de sensibilidade, que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre posições. Além disso, é realizada trimestralmente análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização. Cabe ressaltar, que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* (notadamente nos fatores taxa de juros e índices de preços), não necessariamente representam potencial prejuízo contábil para a Organização. Isto ocorre porque parte das operações de crédito, que estão na Carteira *Banking*, são financiadas por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são “*hedge natural*” para eventuais oscilações de taxa de juros, bem como as oscilações de taxa de juros não representam impacto material sobre o resultado da instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

		R\$ mil					
		Carteiras <i>Trading</i> e <i>Banking</i> ⁽¹⁾					
		31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em Reais	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(11.099)	(2.128.929)	(4.115.092)	(6.277)	(1.568.110)	(2.971.275)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(22.273)	(1.902.223)	(3.448.019)	(11.480)	(1.422.256)	(2.590.408)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(661)	(58.363)	(109.978)	(438)	(40.667)	(79.234)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(11.347)	(164.807)	(305.127)	(11.171)	(279.274)	(558.549)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(19.079)	(469.601)	(934.884)	(19.096)	(477.394)	(954.788)
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.115)	(44.355)	(87.136)	(1.989)	(27.072)	(54.338)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(82)	(2.056)	(4.112)	(66)	(1.644)	(3.288)
Total sem correlação ⁽²⁾		(65.656)	(4.770.334)	(9.004.348)	(50.517)	(3.816.417)	(7.211.880)
Total com correlação ⁽²⁾		(36.642)	(3.712.361)	(6.979.548)	(31.594)	(2.773.835)	(5.210.427)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) “Com correlação” considera os impactos que cada variável tem em outra variável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Demonstra-se também a seguir, a análise de sensibilidade exclusivamente da Carteira *Trading*, que representa as exposições que poderão causar impactos relevantes sobre o resultado da Organização, cabendo ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada.

		R\$ mil					
		Carteira Trading ⁽¹⁾					
		31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em Reais	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(1.596)	(300.144)	(577.467)	(750)	(186.845)	(361.825)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(2.864)	(256.727)	(489.707)	(2.258)	(292.015)	(560.960)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(649)	(55.701)	(104.875)	(596)	(54.802)	(106.992)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(12.312)	(216.083)	(418.084)	(10.255)	(256.370)	(512.739)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(1.537)	(31.882)	(60.427)	(3.940)	(98.511)	(197.023)
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.001)	(41.733)	(81.194)	(1.985)	(25.277)	(50.144)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(49)	(1.232)	(2.464)	-	(16)	(32)
Total sem correlação ⁽²⁾		(20.008)	(903.502)	(1.734.218)	(19.784)	(913.836)	(1.789.715)
Total com correlação ⁽²⁾		(13.585)	(580.483)	(1.111.507)	(13.270)	(512.229)	(995.375)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) "Com correlação" considera os impactos que cada variável tem em outra variável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e os cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

- Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 a cotação Real/Dólar foi de R\$ 2,06 (31.12.2011 – R\$ 1,88). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 7,15% a.a. (31.12.2011 – 10,06% a.a.).
- Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 a cotação Real/Dólar foi de R\$ 2,55 (31.12.2011 – R\$ 2,33). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 8,92% a.a. (31.12.2011 – 12,56% a.a.). Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.
- Cenário 3:** Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 a cotação Real/Dólar foi de R\$ 3,06 (31.12.2011 – R\$ 2,80). Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 10,71% a.a. (31.12.2011 – 15,07% a.a.). Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

3.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado pela possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade da instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de gerenciamento do risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é realizado de maneira corporativa e centralizada, contemplando o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse.

A Organização dispõe de uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. A política e os controles estabelecidos atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.090/12 do CMN.

Nos critérios e procedimentos aprovados é determinada a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e acompanhamento

A gestão do risco de liquidez é realizada pelo Departamento de Tesouraria, com base nas posições disponibilizadas pela área de *back-office*, que tem por responsabilidade fornecer as informações necessárias para gestão e acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já o Departamento de Controle Integrado de Riscos é responsável pela metodologia de mensuração da reserva mínima de liquidez, controle dos limites estabelecidos por tipo de moeda e empresa, inclusive as não financeiras, revisão de políticas, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O risco de liquidez é acompanhado nas reuniões do Comitê Executivo de Tesouraria, que acompanha as reservas de liquidez, com descasamentos de prazos e moedas. Adicionalmente, o acompanhamento também é feito pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e pelo Conselho de Administração.

Comunicação interna

No processo de gerenciamento de risco de liquidez são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Faz parte deste processo diversos instrumentos de análises, que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática durante o dia dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez; e
- Relatórios semanais para a Diretoria Executiva com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

Os reportes são complementados com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco, de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos, e assim, quanto maior o consumo do limite de risco, maior será o número de membros da Alta Administração que recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas esperadas de caixa não descontadas.

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2012					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Recursos de instituições financeiras	100.654.888	19.270.027	61.332.024	46.647.675	6.535.820	234.440.434
Recursos de clientes	120.999.436	7.339.298	17.794.436	73.168.644	1.183.150	220.484.964
Recursos de emissão de títulos	6.166.986	4.839.452	23.097.132	23.456.455	781.037	58.341.062
Dívidas subordinadas	331.407	500.173	1.888.804	19.588.044	29.659.710	51.968.138
Total do passivo	228.152.717	31.948.950	104.112.396	162.860.818	38.159.717	565.234.598

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2011					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Recursos de instituições financeiras	106.722.170	22.568.924	16.856.605	72.034.654	5.284.600	223.466.953
Recursos de clientes	105.838.815	16.004.508	12.918.105	99.484.437	2.024.079	236.269.944
Recursos de emissão de títulos	563.278	6.275.685	9.009.110	33.911.608	1.208.636	50.968.317
Dívidas subordinadas	155.258	4.164.025	5.397.977	8.499.714	21.965.948	40.182.922
Total do passivo	213.279.521	49.013.142	44.181.797	213.930.413	30.483.263	550.888.136

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que compromissos de empréstimos não reconhecidos sejam sacados imediatamente.

As entradas/(saídas) brutas apresentadas na tabela anterior referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratuais relacionado ao passivo financeiro ou compromisso.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- derivativos de taxas de juros - swaps de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa o passivo financeiro em derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data do balanço patrimonial até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2012					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Diferencial de swap a pagar	219.816	28.204	196.946	606.202	801.822	1.852.990
Termo de moedas	2.448.427	45.998	114.156	6.593	-	2.615.174
• Comprado	439.417	43.314	45.978	6.370	-	535.079
• Vendido	2.009.010	2.684	68.178	223	-	2.080.095
Prêmio de opções lançadas	122.177	1.192	11.637	1.996	-	137.002
Total de derivativos passivos	2.790.420	75.394	322.739	614.791	801.822	4.605.166

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2011					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Diferencial de swap a pagar	148.506	45.594	57.298	305.596	224.566	781.560
Termo de moedas	104.930	122.259	13.777	4.724	-	245.690
• Comprado	4.009	9.263	4.778	1.599	-	19.649
• Vendido	100.921	112.996	8.999	3.125	-	226.041
Prêmio de opções lançadas	6.730	17.642	9.195	3.294	-	36.861
Total de derivativos passivos	260.166	185.495	80.270	313.614	224.566	1.064.111

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Balço patrimonial por prazos**

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo e utilizados para a gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

	R\$ mil						
	31 de dezembro de 2012						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	59.992.777	-	-	-	-	-	59.992.777
Ativos financeiros para negociação	28.613.415	5.238.445	2.215.141	40.735.254	23.626.185	11.411.127	111.839.567
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.411.205	706.356	517.265	11.011.326	45.390.233	5.524.463	81.560.848
Investimentos mantidos até o vencimento	2.003	9.239	-	220.643	3.483.788	-	3.715.673
Ativos cedidos em garantia	14.472.932	60.287.471	1.019.023	19.656.101	10.697.772	-	106.133.299
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	50.283.971	26.825.756	5.088.339	10.621.724	1.443	-	92.821.233
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.725.170	71.775.553	43.464.674	98.750.891	17.936.140	-	269.652.428
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	20.699.966	178.997	211.486	8.796.320	343.539	-	30.230.308
Total dos ativos financeiros	230.201.439	165.021.817	52.515.928	189.792.259	101.479.100	16.935.590	755.946.133
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	98.782.462	62.974.342	14.122.292	40.917.101	4.030.091	-	220.826.288
Recursos de clientes ⁽²⁾	122.542.557	14.323.104	10.054.554	63.126.416	724.679	-	210.771.310
Passivos financeiros para negociação	2.790.513	182.250	202.157	486.821	388.241	-	4.049.982
Recursos de emissão de títulos	3.460.972	14.697.409	12.119.875	20.669.467	604.370	-	51.552.093
Dívidas subordinadas	195.661	549.640	1.396.680	13.523.640	19.186.093	-	34.851.714
Provisões técnicas de seguros e previdência ⁽²⁾	91.388.794	2.011.060	491.703	24.877.163	-	-	118.768.720
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	29.568.300	4.903.276	2.987.675	600.633	-	-	38.059.884
Total dos passivos financeiros	348.729.259	99.641.081	41.374.936	164.201.241	24.933.474	-	678.879.991

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil						
	31 de dezembro de 2011						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	93.777.577	-	-	-	-	-	93.777.577
Ativos financeiros para negociação	30.919.375	1.576.150	8.971.911	32.801.491	12.882.763	9.445.387	96.597.077
Ativos financeiros disponíveis para venda	104.860	93.328	556.850	2.597.840	36.938.973	4.956.547	45.248.398
Investimentos mantidos até o vencimento	607.926	-	125.886	207.601	3.169.574	-	4.110.987
Ativos cedidos em garantia	27.582.634	33.650.523	422.925	26.371.642	9.094.356	-	97.122.080
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	50.031.083	9.026.976	1.679.629	11.894.106	32.096	-	72.663.890
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35.661.204	67.729.071	39.982.240	87.353.692	15.148.742	-	245.874.949
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	17.103.138	371.749	113.665	7.598.272	247.408	-	25.434.232
Total dos ativos financeiros	255.787.797	112.447.797	51.853.106	168.824.644	77.513.912	14.401.934	680.829.190
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	105.430.313	21.549.272	14.475.429	58.745.664	4.089.498	-	204.290.176
Recursos de clientes ⁽²⁾	105.721.822	13.788.522	11.507.322	84.284.286	1.018.986	-	216.320.938
Passivos financeiros para negociação	204.584	183.418	76.070	176.072	107.066	-	747.210
Recursos de emissão de títulos	335.483	6.121.755	8.033.030	26.233.251	907.450	-	41.630.969
Dívidas subordinadas	103.973	2.788.605	4.616.848	5.590.898	13.809.767	-	26.910.091
Provisões técnicas de seguros e previdência ⁽²⁾	75.346.103	1.697.496	475.194	21.593.528	-	-	99.112.321
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	21.688.175	5.333.322	2.481.319	429.741	-	-	29.932.557
Total dos passivos financeiros	308.830.453	51.462.390	41.665.212	197.053.440	19.932.767	-	618.944.262

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e previdência, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das demonstrações contábeis:

	R\$ mil		
	31 de dezembro de 2012		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	447.739.184	308.206.949	755.946.133
Ativos não correntes mantidos para venda	532.898	164	533.062
Investimentos em coligadas	-	2.754.998	2.754.998
Imobilizado de uso	-	4.532.355	4.532.355
Ativos intangíveis e ágio	-	7.755.665	7.755.665
Impostos a compensar	853.965	4.492.728	5.346.693
Impostos diferidos	-	17.983.558	17.983.558
Outros ativos	3.550.772	2.783.463	6.334.235
Total dos ativos não financeiros	4.937.635	40.302.931	45.240.566
Total do ativo	452.676.819	348.509.880	801.186.699
Passivo			
Total dos passivos financeiros	489.745.276	189.134.715	678.879.991
Outras provisões	1.147.957	19.899.236	21.047.193
Impostos correntes	3.354.128	-	3.354.128
Impostos diferidos	-	3.091.667	3.091.667
Outros passivos	22.705.285	762.045	23.467.330
Total dos passivos não financeiros	27.207.370	23.752.948	50.960.318
Total do patrimônio líquido	-	71.346.390	71.346.390
Total do passivo e patrimônio líquido	516.952.646	284.234.053	801.186.699

	R\$ mil		
	31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	420.088.700	260.740.490	680.829.190
Ativos não correntes mantidos para venda	444.811	540	445.351
Investimentos em coligadas	-	2.390.466	2.390.466
Imobilizado de uso	-	4.267.218	4.267.218
Ativos intangíveis e ágio	-	7.216.697	7.216.697
Impostos a compensar	449.459	4.123.468	4.572.927
Impostos diferidos	-	17.093.388	17.093.388
Outros ativos	4.232.501	1.039.154	5.271.655
Total dos ativos não financeiros	5.126.771	36.130.931	41.257.702
Total do ativo	425.215.471	296.871.421	722.086.892
Passivo			
Total dos passivos financeiros	401.958.055	216.986.207	618.944.262
Outras provisões	1.153.356	16.773.094	17.926.450
Impostos correntes	2.595.660	163.318	2.758.978
Impostos diferidos	-	2.246.508	2.246.508
Outros passivos	20.348.345	480.255	20.828.600
Total dos passivos não financeiros	24.097.361	19.663.175	43.760.536
Total do patrimônio líquido	-	59.382.094	59.382.094
Total do passivo e patrimônio líquido	426.055.416	296.031.476	722.086.892

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

3.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Organização aplica a IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	31 de dezembro de 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	46.012.561	-	3.026	46.015.587
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	8.320.374	-	27.900.869	36.221.243
Títulos emitidos por instituições financeiras	16.706.498	-	1.779.188	18.485.686
Aplicações em quotas de fundos	7.650.252	-	-	7.650.252
Títulos públicos de governos estrangeiros	244.168	-	-	244.168
Títulos para negociação	78.933.853	-	29.683.083	108.616.936
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.067.334	155.297	3.222.631
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(3.913.211)	(136.771)	(4.049.982)
Derivativos	-	(845.877)	18.526	(827.351)
Títulos públicos brasileiros	63.861.957	-	103.509	63.965.466
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.153.080	-	6.754.049	10.907.129
Títulos emitidos por instituições financeiras	890.014	-	-	890.014
Títulos brasileiros emitidos no exterior	273.776	-	-	273.776
Ações de companhias abertas e outras ações	5.147.619	-	376.844	5.524.463
Títulos disponíveis para venda	74.326.446	-	7.234.402	81.560.848
Total	153.260.299	(845.877)	36.936.011	189.350.433

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil			
	31 de dezembro de 2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	53.497.751	-	8.289	53.506.040
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	4.759.124	-	19.692.211	24.451.335
Títulos emitidos por instituições financeiras	9.096.264	-	1.727.199	10.823.463
Aplicações em quotas de fundos	6.791.968	-	-	6.791.968
Títulos públicos de governos estrangeiros	21.951	-	28.141	50.092
Títulos brasileiros emitidos no exterior	18.267	-	-	18.267
Títulos para negociação	74.185.325	-	21.455.840	95.641.165
Instrumentos financeiros derivativos	-	952.676	3.236	955.912
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(733.027)	(14.183)	(747.210)
Derivativos	-	219.649	(10.947)	208.702
Títulos públicos brasileiros	31.247.291	8.915	78.383	31.334.589
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.569.946	-	5.880.127	7.450.073
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.402.650	-	80.215	1.482.865
Títulos brasileiros emitidos no exterior	24.324	-	-	24.324
Ações de companhias abertas e outras ações	4.400.135	-	556.412	4.956.547
Títulos disponíveis para venda	38.644.346	8.915	6.595.137	45.248.398
Total	112.829.671	228.564	28.040.030	141.098.265

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade, inclusive o período até o vencimento que é utilizado para valorizar a posição. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na BM&FBovespa e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como nível 2.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado por modelos matemáticos, tais como o *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Além disso, vários desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação. Os derivativos Nível 3 incluem derivativos de crédito (CDS ou *Credit Default Swaps*) referenciados em títulos de dívida privados.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os exercícios de 2012 e 2011:

	R\$ mil			
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.926.729	(1.676)	2.776.855	20.701.908
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	2.028.189	(3.475)	670.734	2.695.448
Aquisições, emissões e alienações	1.500.922	(5.796)	2.808.540	4.303.666
Transferência entre níveis	-	-	339.008	339.008
Saldo em 31 de dezembro de 2011	21.455.840	(10.947)	6.595.137	28.040.030
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	2.399.821	(28.828)	1.251.096	3.622.089
Aquisições, emissões e alienações	5.951.615	58.301	(611.831)	5.398.085
Transferência entre níveis	(124.193)	-	-	(124.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	29.683.083	18.526	7.234.402	36.936.011

(1) Em 2012, os derivativos líquidos incluíam R\$ 155.297 mil de derivativos ativos e R\$ 136.771 mil de derivativos passivos (2011 - R\$ 3.236 mil de derivativos ativos e R\$ 14.183 mil de derivativos passivos).

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3 durante os exercícios de 2012, 2011 e 2010:

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Receita de juros e similares	2.462.474	-	782.702	3.245.176
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(62.653)	(28.828)	468.394	376.913
Total	2.399.821	(28.828)	1.251.096	3.622.089

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Receita de juros e similares	2.152.178	-	669.938	2.822.116
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(123.989)	(3.475)	796	(126.668)
Total	2.028.189	(3.475)	670.734	2.695.448

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Receita de juros e similares	812.377	-	648.528	1.460.905
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(27.367)	(3.621)	850	(30.138)
Total	785.010	(3.621)	649.378	1.430.767

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos, classificados no Nível 3, que não foram liquidados durante os exercícios de 2012, 2011 e 2010:

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012		
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	29.365	(28.828)	537
Total	29.365	(28.828)	537

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(102.916)	(3.475)	(106.391)
Total	(102.916)	(3.475)	(106.391)

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		
	Ativos financeiros para negociação	Derivativos líquidos	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(27.760)	(3.621)	(31.381)
Total	(27.760)	(3.621)	(31.381)

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo:

	R\$ mil			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros				
Mantidos até o vencimento	3.715.673	4.110.987	6.330.812	5.655.248
Empréstimos e adiantamentos				
• a instituições financeiras ⁽¹⁾	92.821.233	72.663.890	92.821.233	72.663.890
• a clientes ⁽¹⁾	269.652.428	245.874.949	271.323.195	245.804.979
Passivos financeiros				
Recursos de instituições financeiras	220.826.288	204.290.176	220.691.784	204.226.676
Recursos de clientes	210.771.310	216.320.938	210.577.909	216.112.246
Recursos de emissão de títulos	51.552.093	41.630.969	51.746.171	41.880.541
Dívidas Subordinadas	34.851.714	26.910.091	36.349.149	27.709.424

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Empréstimos e adiantamentos

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações, a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 2 (e). Veja Nota 22 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos mantidos até o vencimento.

Recursos de instituições financeiras e de clientes

O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos

Os valores contábeis de recursos de emissão de títulos equivalem, aproximadamente, aos valores justos desses instrumentos.

Dívidas subordinadas

Os valores justos de dívidas subordinadas foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

3.5. Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de capital é realizado de maneira a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e com a dimensão da exposição a riscos da Organização.

O processo de Adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado diariamente e visa assegurar que a Organização mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas de mercado, além de atender os requerimentos regulatórios de capital.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Sob a ótica do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$\text{PRE} = P_{\text{epr}} + P_{\text{jur}} + P_{\text{acs}} + P_{\text{com}} + P_{\text{cam}} + P_{\text{opr}}$$

The diagram illustrates the breakdown of the PRE formula into three risk categories. A horizontal line is drawn below the terms P_{epr} , P_{jur} , P_{acs} , P_{com} , P_{cam} , and P_{opr} . Three vertical lines descend from this horizontal line to three rectangular boxes below. The first box, under P_{epr} , is labeled 'Risco de Crédito'. The second box, under P_{jur} , P_{acs} , and P_{com} , is labeled 'Risco de Mercado Trading'. The third box, under P_{cam} and P_{opr} , is labeled 'Risco Operacional'.

Onde:

P_{epr} : parcela referente à exposição ponderada pelo fator de ponderação de risco a ela atribuído;
 P_{jur} : representa o risco das operações sujeitas à variação de taxa de juros;
 P_{acs} : reflete o risco das operações sujeitas às variações do preço de ações;
 P_{com} : reflete o risco das operações sujeitas à variação do preço de *commodities*;
 P_{cam} : reflete o risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial; e
 P_{opr} : parcela referente ao risco operacional.

Além disso, a Organização deve manter também PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação (Carteira *Banking*), a qual é calculado por meio da metodologia de EVE (*Economic Value Equity*).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações financeiras, baseadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012, preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, utilizadas para calcular o Patrimônio de Referência da Organização, sob a ótica do Consolidado Financeiro e Consolidado Econômico-Financeiro. Entretanto, se o Patrimônio de Referência da Organização fosse calculado de acordo com os números elaborados em IFRS, os resultados obtidos poderiam ser diferentes dos apresentados.

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil			
	Consolidado Financeiro ⁽¹⁾		Consolidado Econômico - Financeiro ⁽²⁾	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Base de cálculo – Índice de Basileia	70.047.459	55.581.664	70.047.459	55.581.664
Redução dos ativos diferidos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(120.784)	(167.521)	(211.584)	(248.103)
Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(4.228.707)	2.765.034	(4.228.707)	2.765.034
Acionistas não controladores/outros	189.066	186.035	588.194	615.258
Patrimônio de referência nível I	65.887.034	58.365.212	66.195.362	58.713.853
Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	4.228.707	(2.765.034)	4.228.707	(2.765.034)
Dívida subordinada conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	26.637.742	15.630.207	26.637.742	15.630.207
Patrimônio de referência nível II	30.866.449	12.865.173	30.866.449	12.865.173
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	96.753.483	71.230.385	97.061.811	71.579.026
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(128.153)	(103.484)	(128.153)	(103.484)
Patrimônio de referência	96.625.330	71.126.901	96.933.658	71.475.542

(1) Inclui empresas financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil que são consolidadas; e

(2) Inclui todas as empresas consolidadas e consolidadas proporcionalmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE)**

Apresentamos a seguir a evolução da necessidade de capital para o Consolidado Financeiro e Consolidado Econômico-Financeiro, em uma abordagem padronizada:

Necessidade de Capital	R\$ mil			
	Consolidado Financeiro		Consolidado Econômico - Financeiro	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Risco de crédito	55.944.948	48.139.653	55.344.917	47.421.691
Operações de crédito (Não varejo)	15.940.168	14.801.466	15.932.384	14.785.868
Operações de crédito (Varejo)	8.929.333	7.916.745	8.945.508	7.938.633
Garantias prestadas	6.519.906	5.421.766	6.532.168	5.433.702
Créditos tributários	2.747.459	2.056.325	3.066.672	2.410.853
Compromissos de crédito	3.193.206	2.903.254	3.223.827	2.932.047
Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.114.297	6.575.780	9.506.015	7.393.302
Outros ativos	10.500.579	8.464.317	8.138.343	6.527.286
Risco de mercado	7.238.821	1.926.942	7.280.700	1.926.942
Taxa de juros	6.370.985	1.801.866	6.370.985	1.801.866
• Prefixada em Real	2.004.700	186.124	2.004.700	186.124
• Cupom de moeda estrangeira	1.366.498	465.926	1.366.498	465.926
• Cupom de índice de preços	2.999.787	1.149.816	2.999.787	1.149.816
Ações	47.921	110.499	47.921	110.499
Commodities	12.711	14.577	12.711	14.577
Exposição em Ouro, Moedas Estrangeiras e Câmbio ⁽¹⁾	807.204	-	849.083	-
Risco operacional	2.543.271	2.004.421	3.431.635	2.810.236
Finanças corporativas	77.129	67.415	77.129	67.415
Negociação e vendas	730.774	378.672	730.774	378.672
Varejo	478.868	451.798	478.868	451.798
Comercial	727.380	609.351	727.380	609.351
Pagamentos e liquidações	300.673	292.541	300.673	292.541
Serviços de agente financeiro	113.059	93.818	113.059	93.818
Administração de ativos	101.127	94.199	101.127	94.199
Corretagem de varejo	14.261	16.627	14.261	16.627
Empresas não financeiras	-	-	888.364	805.815
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	65.727.040	52.071.016	66.057.252	52.158.869
Risco de taxa de juros da Carteira Banking	2.110.607	1.180.108	3.055.582	2.141.215

(1) De acordo com a Circular nº 3.389/08 do Banco Central do Brasil, quando o valor da exposição em ouro, moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial for apurado acima de 2% do Patrimônio de Referência, haverá alocação de capital. Caso isso não ocorra, a alocação de capital será igual a zero.

A Organização encerrou o exercício de 2012 com um Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R\$ 66.057.252 mil no Consolidado Econômico-Financeiro, apresentando aumento de R\$ 13.898.383 mil (+26,6%) em relação a 2011.

A necessidade de capital para risco de crédito apresentou aumento de R\$ 7.923.226 mil (+16,7%) devido, principalmente, ao crescimento em Operações de Crédito, Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Já a exigência de capital para risco de mercado apresentou crescimento de R\$ 5.353.758 mil (+277,8%), principalmente pelo aumento da exposição em Taxas de Juros Prefixadas em Real e Cupom de Índice de Preços. O capital necessário para fazer face ao risco de taxa de juros da Carteira *Banking* foi de R\$ 3.055.582 mil

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

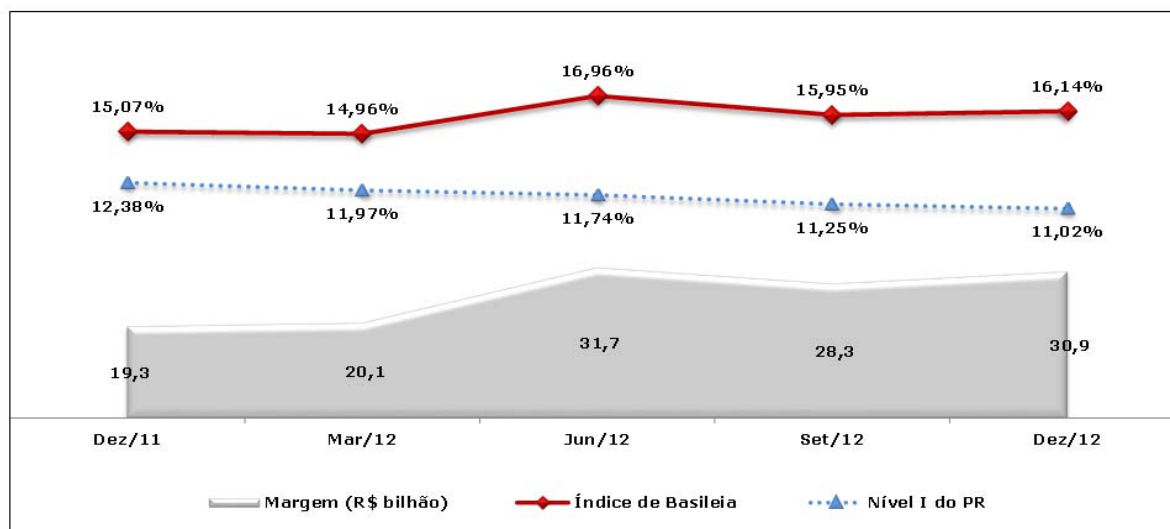
em 2012. Em relação à necessidade de capital para risco operacional, o montante foi de R\$ 3.431.635 mil, com aumento de R\$ 621.399 mil (+22,1%), principalmente, nas linhas “Negociação e Vendas” e “Comercial”.

Acompanhamento do Índice de Basileia e da margem

O Índice de Basileia é um indicador internacional definido pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que recomenda a relação mínima de 8% entre o capital e os ativos ponderados pelos riscos. No Brasil, a relação mínima exigida é de 11%, conforme regulamentação vigente (Resolução nº 3.490/07 do CMN e Circulares nº 3.360/07 e nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil).

	R\$ mil			
	Conglomerado Financeiro		Consolidado Econômico-Financeiro	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Patrimônio de Referência (PR)	96.625.330	71.126.901	96.933.658	71.475.542
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	65.727.040	52.071.016	66.057.252	52.158.869
Margem	30.898.290	19.055.885	30.876.406	19.316.673
Índice de Basileia	16,17%	15,03%	16,14%	15,07%

O Índice de Basileia, para o Consolidado Econômico-Financeiro, encerrou o ano de 2012 em 16,14%, dos quais 11,02% sob o Nível I do Patrimônio de Referência (PR). A margem atingiu o montante de R\$ 30.876.406 mil, o que possibilita um incremento de até R\$ 337.222.123 mil em operações de crédito (Varejo).



3.6. Risco de seguro

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa, que contraria as expectativas da Organização no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Organização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Superintendência Executiva de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições, o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional, baseado no risco de subscrição.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Organização deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Organização realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *ALM - Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

Gerenciamento de riscos por produto

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos (*ALM*). Além disso, o *LAT (Liability Adequacy Test)* é realizado semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas adequadas à realidade dos negócios em vigor.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer em perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

A compra de resseguro tem naturalmente embutido em sua operação, e por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, o risco de crédito.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores, que integram os seus contratos, competem à Diretoria Executiva, que observa, além dos requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns outros parâmetros na escolha desses parceiros, que minimizam o risco de crédito intrínseco à operação, tais como: *rating* mínimo A- da S&P – Standard & Poor's (ou equivalente) e patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos. Outro aspecto importante nessa gestão de compra de resseguro é o fato de que a Organização busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O prêmio cedido em resseguro, em relação ao prêmio emitido total, da Organização é relativamente pequeno, cabendo ressaltar que praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóvel, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, grande parte dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Re.. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo *rating* mínimo A- da S&P (ou equivalente) e patrimônio superior a US\$1 bilhão, o que, no entendimento da Administração, reduz o nosso risco de crédito.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais, em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como: Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's, entre outras.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de maneira corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Organização, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Em relação às operações de resseguro o Grupo compra resseguro com um painel restrito de resseguradores, sendo conferida ao IRB-Brasil Re a liderança dos seus contratos automáticos e a totalidade dos contratos facultativos. De acordo com as agências classificadoras previstas na legislação brasileira, tais resseguradores possuem baixo risco de crédito e a classificação do IRB-Brasil Re, concedida pela A.M.Best, é A-.

Exposições ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração, uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Organização adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Seguros de bens

O risco de seguro de bens resulta de:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas à expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos em geral é de curta duração.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex: incêndio, explosão e interrupção do negócio), perigos naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, despesas, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que preveem o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade, e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como: níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas, que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir.
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever; e
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Seguro saúde

Riscos associados ao seguro saúde:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas das suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos associados ao seguro saúde

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência de Atuária e Estatística;
- A Superintendência de Atuária e Estatística desenvolveu mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas, para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever;
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa; e
- O risco de taxa de juros é monitorado como parte do risco de mercado.

Resultados da Análise de Sensibilidade

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Seguros de vida com cobertura de sobrevivência e previdência e seguro de vida individual

O teste de sensibilidade foi efetuado considerando as mesmas bases do teste do LAT com variação nas premissas listadas abaixo:

	R\$ mil		
	31 de dezembro de 2012		
	Taxa de juros	Longevidade	Conversão em renda
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições (%)	-5%	+0,002%	+5%
PGBL e VGBL (fases de contribuição)	(170.068)	(58.105)	(88.619)
Planos Tradicionais (fases de contribuição)	(70.856)	(23.671)	(69.207)
Todos os planos (fases de concessão)	(83.117)	(46.017)	-
Total	(324.041)	(127.793)	(157.826)

O cenário também foi aplicado para os seguros de vida individual considerando as variáveis apontadas acima e não foi identificado nenhum valor adicional aqueles já constituídos que pudesse afetar o patrimônio líquido e resultado do exercício.

Seguros de danos, vida e de saúde

Para os seguros de danos, de vida e de saúde, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido, caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos 12 meses da data-base do cálculo.

	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Auto	(18.330)	(16.889)	(18.330)	(16.889)
Ramos elementares	(6.672)	(5.711)	(5.088)	(4.301)
Vida	(18.017)	(25.348)	(17.934)	(25.160)
Saúde	(46.194)	(37.096)	(46.194)	(37.096)

Limitações da Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante, enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Organização poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Concentração de riscos

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em alguns ramos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco por ramo, baseada no valor de prêmios brutos e líquidos de resseguro:

Prêmio emitido líquido por ramo, líquido de resseguros	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Auto	3.063.941	2.873.631
Ramos elementares	1.040.685	844.168
DPVAT	461.968	424.036
Saúde individual	1.218.587	1.165.555
Saúde empresarial	7.818.542	6.420.406
Seguros de vida	3.910.500	3.360.571
VGBL	17.596.738	14.723.541
PGBL	1.932.090	1.805.052
Planos Tradicionais	1.341.189	1.256.292

4) Uso de estimativas e julgamentos

A Organização adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício. Todas as estimativas e premissas necessárias, de acordo com as IFRSs, são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas, que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, estão divulgadas a seguir. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações contábeis consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mantidos para negociação, incluindo derivativos e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, sem que haja venda forçada e liquidação.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão da estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, veja Nota 3.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

Periodicamente, é avaliada a existência de redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo (veja Nota 2(e)(viii)(b)). A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, avalia-se entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos, quando tais variações envolverem ações.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas por meio de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

Ao final de cada período, a provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em empréstimos e adiantamentos.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e adiantamentos exige, por sua natureza, julgamentos e premissas com relação à carteira de empréstimos e adiantamentos, tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas de produtos. Ao analisar a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, dependendo da metodologia utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e o período histórico considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais, que podem afetar a determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos, incluem:

- condições econômicas gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e adiantamentos;
- política monetária do governo brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e adiantamentos ou confirmação da deterioração de crédito existente.

A Organização utiliza modelos para analisar as carteiras de empréstimos e adiantamentos e determinar a provisão necessária para perdas por redução ao valor recuperável. São aplicados fatores estatísticos de perdas e outros indicadores de risco para grupos de empréstimos e adiantamentos com características de risco semelhantes, visando atingir uma estimativa das perdas incorridas na carteira para calcular os modelos. Embora os modelos sejam frequentemente acompanhados e revisados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamentos sobre as informações utilizadas e/ou previsões. A volatilidade da economia é um dos fatores que pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Consequentemente, nossa provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

Para fins de análise de sensibilidade, realizamos uma simulação para avaliar o impacto de um aumento da probabilidade de *default* (PD) sobre o montante de provisão. Nesta simulação, um aumento de 10% na PD de 31 de dezembro de 2012 poderia elevar o montante de provisão em R\$ 243 milhões aproximadamente. Essa análise de sensibilidade é hipotética e tem o único objetivo de ilustrar o impacto que a inadimplência tem na determinação da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas por redução ao valor recuperável exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Organização deve analisar, pelo menos anualmente, se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. A realização de ativos fiscais diferidos está sujeita a mudanças nas taxas de juros futuras e desenvolvimentos de nossas estratégias. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esse monitoramento também pode resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota 17.

Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em uma determinada data no futuro, a favor de nossos segurados, veja a Nota 2 (p). São utilizadas hipóteses de mortalidade, invalidez, perda de validade, desempenho do investimento, inflação e despesas. Essas hipóteses se baseiam em nossa experiência e são periodicamente revisadas com relação aos padrões do setor visando assegurar a credibilidade atuarial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

5) Segmentos operacionais

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não financeiras, mensuradas em diferentes bases.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de previdência complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

As informações por segmentos operacionais, revisadas pela Organização e correspondentes aos exercícios de 2012, 2011 e 2010, respectivamente, são as seguintes:

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações ⁽¹⁾ , ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	39.181.426	3.124.512	1.187.027	43.492.965
Resultado líquido de serviços e comissões	13.885.450	1.233.278	(2.313.933)	12.804.795
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	1.095.588	(6.689)	1.021.214	2.110.113
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(455.476)	2.418.373	(66.923)	1.895.974
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	(1.589.833)	-	638.448	(951.385)
Resultado de seguros e previdência	-	1.411.996	1.020	1.413.016
Receitas operacionais	(949.721)	3.823.680	1.593.759	4.467.718
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(10.925.404)	-	(584.775)	(11.510.179)
Despesas de pessoal	(10.586.643)	(1.017.702)	(52.077)	(11.656.422)
Outras despesas administrativas	(11.592.512)	(932.226)	624.355	(11.900.383)
Depreciação e amortização	(1.459.721)	(114.214)	(964.325)	(2.538.260)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(10.350.581)	(375.446)	2.197.363	(8.528.664)
Despesas operacionais	(44.914.861)	(2.439.588)	1.220.541	(46.133.908)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	7.202.294	5.741.882	1.687.394	14.631.570
Resultado de participação em coligadas	752.353	108.302	10.007	870.662
Resultado antes da tributação sobre o lucro	7.954.647	5.850.184	1.697.401	15.502.232
Imposto de renda e contribuição social	(273.930)	(2.196.399)	(1.680.209)	(4.150.538)
Lucro líquido do exercício	7.680.717	3.653.785	17.192	11.351.694
Atribuível aos acionistas controladores	7.672.233	3.591.743	27.594	11.291.570
Atribuível aos acionistas não controladores	8.484	62.042	(10.402)	60.124
Total do ativo	750.410.472	153.695.571	(102.919.344)	801.186.699
Investimentos em coligadas	1.587.922	1.089.644	77.432	2.754.998
Total do passivo	679.490.290	133.940.353	(83.590.334)	729.840.309

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações ⁽¹⁾ , ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	31.379.722	3.274.715	956.849	35.611.286
Resultado líquido de serviços e comissões	11.989.868	1.079.597	(2.235.132)	10.834.333
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	779.332	(1.300)	(1.386.302)	(608.270)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(25.022)	213.520	176.804	365.302
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	1.043.896	-	1.581.917	2.625.813
Resultado de seguros e previdência	-	3.075.318	857	3.076.175
Receitas operacionais	1.798.206	3.287.538	373.276	5.459.020
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(9.275.421)	-	979.270	(8.296.151)
Despesas de pessoal	(10.082.575)	(950.749)	(117.646)	(11.150.970)
Outras despesas administrativas	(10.805.456)	(1.051.456)	379.778	(11.477.134)
Depreciação e amortização	(1.615.437)	(77.828)	(427.070)	(2.120.335)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.933.149)	(481.628)	556.075	(4.858.702)
Despesas operacionais	(36.712.038)	(2.561.661)	1.370.407	(37.903.292)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	8.455.758	5.080.189	465.400	14.001.347
Resultado de participação em coligadas	585.281	100.103	(3.262)	682.122
Resultado antes da tributação sobre o lucro	9.041.039	5.180.292	462.138	14.683.469
Imposto de renda e contribuição social	(1.305.702)	(1.850.139)	(438.186)	(3.594.027)
Lucro líquido do exercício	7.735.337	3.330.153	23.952	11.089.442
Atribuível aos acionistas controladores	7.724.917	3.201.449	31.688	10.958.054
Atribuível aos acionistas não controladores	10.420	128.704	(7.736)	131.388
Total do ativo	657.903.426	123.867.399	(59.683.933)	722.086.892
Investimentos em coligadas	1.338.976	1.051.490	-	2.390.466
Total do passivo	602.191.149	109.511.404	(48.997.755)	662.704.798

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações ⁽¹⁾ , ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	28.223.501	2.823.860	1.723.930	32.771.291
Resultado líquido de serviços e comissões	10.450.714	975.142	(2.031.318)	9.394.538
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	906.333	(1.068)	1.307.468	2.212.733
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	97.652	418.846	237.918	754.416
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	336.578	-	(1.019.539)	(682.961)
Resultado de seguros e previdência	-	2.554.366	23.364	2.577.730
Receitas operacionais	1.340.563	2.972.144	549.211	4.861.918
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(6.354.670)	-	598.545	(5.756.125)
Despesas de pessoal	(7.944.012)	(762.840)	(87.165)	(8.794.017)
Outras despesas administrativas	(9.018.558)	(1.046.476)	303.589	(9.761.445)
Depreciação e amortização	(1.539.117)	(1.418)	(425.898)	(1.966.433)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.111.529)	(354.148)	463.014	(6.002.663)
Despesas operacionais	(30.967.886)	(2.164.882)	852.085	(32.280.683)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	9.046.892	4.606.264	1.093.908	14.747.064
Resultado de participação em coligadas	323.983	148.448	104.622	577.053
Resultado antes da tributação sobre o lucro	9.370.875	4.754.712	1.198.530	15.324.117
Imposto de renda e contribuição social	(2.416.284)	(1.771.955)	(1.083.685)	(5.271.924)
Lucro líquido do exercício	6.954.591	2.982.757	114.845	10.052.193
Atribuível aos acionistas controladores	6.943.764	2.912.981	82.830	9.939.575
Atribuível aos acionistas não controladores	10.827	69.776	32.015	112.618
Total do ativo	548.664.554	105.026.136	(50.736.666)	602.954.024
Investimentos em coligadas	431.894	1.866.306	-	2.298.200
Total do passivo	500.501.943	92.604.260	(41.310.744)	551.795.459

(1) Outras operações correspondem a menos de 1% do total de ativo/passivo e do lucro líquido do exercício.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, em 31 de dezembro de 2012, possuíamos uma agência em Nova Iorque e duas agências em Grand Cayman, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Argentina S.A. (Buenos Aires), Banco Bradesco Europa (Luxemburgo), Bradesco North America LLC (Nova Iorque), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Bradesco Services Co., Ltd. (Tóquio), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong) e Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México).

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita da Organização em 2012, 2011 e 2010.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**6) Resultado líquido de juros**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6.800.239	9.194.044	6.059.777
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	47.460.302	43.975.833	35.552.902
- Operações de arrendamento mercantil	1.080.916	1.489.851	2.212.121
Ativos financeiros:			
- Para negociação	7.831.848	9.076.069	6.398.665
- Disponíveis para venda	6.434.573	3.373.070	3.342.997
- Mantidos até o vencimento	589.835	360.835	438.485
Cedidos em garantia	9.090.234	8.744.459	6.862.222
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.808.229	6.112.337	2.869.307
Outras receitas financeiras de juros	37.540	40.774	35.707
Total	83.133.716	82.367.272	63.772.183
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(48.582)	(46.693)	(38.521)
- Captação no mercado aberto	(11.756.969)	(13.996.866)	(9.981.262)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(2.349.470)	(5.775.844)	(851.093)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(3.623.935)	(3.754.755)	(2.964.110)
- A prazo	(7.551.805)	(11.198.180)	(8.329.374)
Recursos de emissão de títulos	(3.439.688)	(2.490.536)	(730.443)
Dívidas subordinadas	(2.884.331)	(2.787.681)	(2.022.578)
Provisões técnicas de seguros e previdência	(7.985.971)	(6.705.431)	(6.083.511)
Total	(39.640.751)	(46.755.986)	(31.000.892)
Resultado líquido de juros	43.492.965	35.611.286	32.771.291

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**7) Resultado líquido de serviços e comissões**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Receitas de serviços e comissões			
Cartões de crédito	4.075.501	3.495.161	2.865.529
Contas correntes	3.244.851	2.786.427	2.360.606
Cobrança	1.301.843	1.204.277	1.081.498
Administração de fundos	843.868	787.921	765.059
Garantias prestadas	776.684	614.926	566.274
Serviços de custódia e corretagem	482.883	419.872	449.453
Administração de consórcios	613.234	526.562	433.234
Arrecadações	318.495	312.064	286.706
Tarifa interbancária	31.250	27.802	23.265
Outras	1.152.577	693.299	589.861
Total	12.841.186	10.868.311	9.421.485
Despesas de serviços e comissões			
Serviços do sistema financeiro	(36.391)	(33.978)	(26.947)
Resultado líquido de serviços e comissões	12.804.795	10.834.333	9.394.538

8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Instrumentos financeiros derivativos	(2.303.168)	(1.474.926)	2.057.723
Títulos de renda fixa	4.027.119	1.432.918	163.215
Títulos de renda variável	386.162	(566.262)	(8.205)
Total	2.110.113	(608.270)	2.212.733

9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Títulos de renda variável ⁽¹⁾	(982.738)	252.974	345.981
Títulos de renda fixa	2.761.028	(14.368)	299.235
Dividendos recebidos	117.684	126.696	109.200
Total	1.895.974	365.302	754.416

(1) Inclui em 2012, perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.170.038 mil.

10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira demonstram, basicamente, os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**11) Resultado de seguros e previdência**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Prêmios emitidos	37.899.360	32.136.300	26.136.471
Contribuições de previdência complementar	3.273.485	3.061.682	2.541.130
Prêmios de cosseguros cedidos	(198.281)	(190.724)	(127.307)
Prêmios restituídos	(500.468)	(418.791)	(362.060)
Prêmios emitidos líquidos	40.474.096	34.588.467	28.188.234
Prêmios de resseguros	(297.351)	(272.924)	(194.118)
Prêmios retidos de seguros e planos de previdência	40.176.745	34.315.543	27.994.116
Varição da provisão técnica de seguros	(19.975.166)	(15.453.221)	(12.248.846)
Varição da provisão técnica de previdência	(3.350.935)	(2.759.184)	(2.023.396)
Varição de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(23.326.101)	(18.212.405)	(14.272.242)
Indenizações avisadas	(13.311.414)	(11.975.875)	(9.619.861)
Despesas com sinistros	(142.206)	(155.519)	(260.188)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	132.065	217.943	216.253
Recuperação de sinistros de resseguro	292.659	138.154	114.821
Salvados e ressarcimentos	229.207	209.340	175.992
Variações da provisão de IBNR	(324.144)	397.345	(204.446)
Sinistros retidos	(13.123.833)	(11.168.612)	(9.577.429)
Comissão sobre prêmios	(1.535.764)	(1.343.695)	(1.193.571)
Recuperação de comissão	21.794	34.386	37.225
Angariação	(730.423)	(441.965)	(321.346)
Despesas com corretagem e agenciamento - previdência	(199.358)	(190.035)	(161.827)
Varição das comissões diferidas	129.956	82.958	72.804
Custos de aquisição diferidos de planos de seguros e previdência	(2.313.795)	(1.858.351)	(1.566.715)
Resultado de seguros e previdência	1.413.016	3.076.175	2.577.730

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**12) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Empréstimos e adiantamentos:			
Constituição de perda por redução ao valor recuperável	(15.405.855)	(12.194.183)	(9.569.655)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.000.904	2.799.169	2.676.883
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	894.772	1.098.863	1.136.647
Total	(11.510.179)	(8.296.151)	(5.756.125)

13) Despesas de pessoal

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Proventos	(5.409.712)	(4.880.681)	(4.054.876)
Benefícios	(2.432.357)	(2.213.852)	(1.786.066)
Encargos sociais	(2.081.118)	(1.836.000)	(1.547.423)
Participação dos empregados nos lucros	(1.017.125)	(930.270)	(796.172)
Provisão para processos trabalhistas	(588.878)	(1.133.644)	(507.714)
Treinamentos	(127.232)	(156.523)	(101.766)
Total	(11.656.422)	(11.150.970)	(8.794.017)

14) Outras despesas administrativas

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Serviços de terceiros	(3.491.155)	(3.700.482)	(3.146.756)
Comunicação	(1.582.940)	(1.532.943)	(1.372.520)
Processamento de dados	(924.532)	(769.741)	(709.840)
Transporte	(852.372)	(770.278)	(629.144)
Aluguéis	(757.698)	(644.527)	(567.334)
Propaganda, promoções e publicidade	(727.570)	(882.143)	(761.096)
Sistema financeiro	(652.457)	(541.231)	(398.298)
Manutenção e conservação de bens	(567.201)	(517.870)	(423.443)
Segurança e vigilância	(425.940)	(331.815)	(272.423)
Materiais	(315.204)	(371.027)	(290.282)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(290.702)	(295.064)	(259.957)
Água, energia e gás	(251.807)	(224.936)	(206.990)
Viagens	(136.391)	(158.652)	(121.845)
Outras	(924.414)	(736.425)	(601.517)
Total	(11.900.383)	(11.477.134)	(9.761.445)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**15) Depreciação e amortização**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Despesa com amortização	(1.501.125)	(1.130.243)	(1.010.341)
Despesa com depreciação	(1.037.135)	(990.092)	(956.092)
Total	(2.538.260)	(2.120.335)	(1.966.433)

16) Outras receitas/(despesas) operacionais

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Despesas tributárias	(3.871.468)	(3.536.225)	(3.014.917)
Despesas com provisões judiciais	(788.992)	(1.254.214)	(788.829)
Varição monetária passiva	(838.540)	(1.040.207)	(503.353)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido ⁽¹⁾	584.318	(246.323)	(304.743)
Outras ⁽²⁾	(3.613.982)	1.218.267	(1.390.821)
Total	(8.528.664)	(4.858.702)	(6.002.663)

(1) Inclui em 2012, resultado na alienação das ações da Serasa no valor de R\$ 793.360 mil; e

(2) Em 2012, inclui despesas por análise de recuperabilidade de ativos – *impairment* e em 2011, inclui receitas de créditos fiscais a compensar e ganho por compra vantajosa relativo a aquisição do BERJ.

17) Imposto de renda e contribuição social**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15.502.232	14.683.469	15.324.117
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(6.200.893)	(5.873.388)	(6.129.647)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas	348.265	272.848	230.821
(Perda)/ganho cambial	726.799	956.878	(364.763)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(503.378)	(428.667)	(292.652)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.304.523	1.173.595	985.815
Diferencial da alíquota da contribuição social ⁽¹⁾	177.046	153.261	130.948
Outros valores	(2.900)	151.446	167.554
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.150.538)	(3.594.027)	(5.271.924)
Alíquota efetiva	26,77%	24,48%	34,40%

(1) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%) (Nota 2w).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(6.628.903)	(5.268.788)	(6.052.588)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização sobre adições temporárias	2.548.562	1.894.882	1.034.023
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(151.777)	(120.505)	(72.954)
Prejuízo fiscal	(178.052)	(264.594)	(301.294)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	150.424	147.875	62.034
Prejuízo fiscal	109.208	17.103	58.855
Total dos impostos diferidos	2.478.365	1.674.761	780.664
Imposto de renda e contribuição social	(4.150.538)	(3.594.027)	(5.271.924)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	10.214.117	6.626.787	5.234.722	11.606.182
Provisão para contingências	6.249.340	1.733.167	651.681	7.330.826
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	724.809	13.141	311.479	426.471
Outros	1.766.569	1.394.750	1.002.391	2.158.928
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	18.954.835	9.767.845	7.200.273	21.522.407
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	1.758.894	259.632	329.829	1.688.697
Subtotal	20.713.729	10.027.477	7.530.102	23.211.104
Contribuição social - MP nº 2.158-35 (mudança na legislação fiscal)	144.644	-	3.800	140.844
Total dos créditos tributários ⁽¹⁾	20.858.373	10.027.477	7.533.902	23.351.948
Obrigações fiscais diferidas ⁽¹⁾	6.011.493	3.116.323	667.759	8.460.057
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas ⁽¹⁾	14.846.880	6.911.154	6.866.143	14.891.891

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil				
	Saldo em 31.12.2010	Saldos Adquiridos	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2011
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.507.774	61.467	4.980.904	3.336.028	10.214.117
Provisão para contingências	4.425.863	30.279	2.368.542	575.344	6.249.340
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	160.971	-	610.197	46.359	724.809
Outros	3.160.682	149.286	685.280	2.228.679	1.766.569
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.255.290	241.032	8.644.923	6.186.410	18.954.835
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	721.748	1.257.267	164.978	385.099	1.758.894
Subtotal	16.977.038	1.498.299	8.809.901	6.571.509	20.713.729
Contribuição social - MP nº 2158-35 (mudança na legislação fiscal)	157.813	-	-	13.169	144.644
Total dos créditos tributários ⁽¹⁾	17.134.851	1.498.299	8.809.901	6.584.678	20.858.373
Obrigações fiscais diferidas ⁽¹⁾	6.381.603	-	515.847	885.957	6.011.493
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas ⁽¹⁾	10.753.248	1.498.299	8.294.054	5.698.721	14.846.880

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2012 foi de R\$ 5.368.390 mil e 2011 - R\$ 3.764.985 mil.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2013	3.966.521	2.336.336	246.075	247.154	6.796.086
2014	3.918.127	2.299.424	305.204	364.520	6.887.275
2015	3.723.929	2.172.973	196.003	168.713	6.261.618
2016	637.494	359.749	32.787	77.708	1.107.738
2017	1.390.967	716.887	119.535	71.842	2.299.231
Total	13.637.038	7.885.369	899.604	929.937	23.351.948

e) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Superveniência de depreciação – <i>leasing</i> financeiro	2.390.590	3.416.414
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	4.473.748	1.504.120
Outros	1.595.719	1.090.959
Total	8.460.057	6.011.493

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido**

	R\$ mil								
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros registrados como disponíveis para venda	7.679.798	(3.061.838)	4.617.960	(763.425)	294.978	(468.447)	651.063	(260.425)	390.638
Conversão de subsidiária no exterior	46.196	(18.479)	27.717	389	(155)	234	(11.708)	4.683	(7.025)
Total	7.725.994	(3.080.317)	4.645.677	(763.036)	294.823	(468.213)	639.355	(255.742)	383.613

g) Impostos a compensar

Refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**18) Lucro por ação****a) Lucro por ação básico**

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, respectivamente, conforme quadro a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	5.408.752	5.221.168	4.732.423
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	5.942.942	5.736.886	5.207.152
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.909.848	1.908.949	1.880.830
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	1.907.702	1.906.822	1.881.367
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	2,83	2,74	2,52
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	3,12	3,01	2,77

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

19) Caixa e disponibilidades em bancos**a) Caixa e disponibilidades em bancos**

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	8.893.652	16.123.156
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.146.593	6.443.564
Depósitos compulsórios no Banco Central ⁽¹⁾	47.952.417	71.210.757
Outros	115	100
Total	59.992.777	93.777.577

(1) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	8.893.652	16.123.156
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.146.593	6.443.564
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	35.478.051	14.286.306
Outros	115	100
Total	47.518.411	36.853.126

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**20) Ativos e passivos financeiros para negociação****a) Ativos financeiros para negociação**

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Títulos e valores mobiliários		
Títulos públicos brasileiros	46.015.587	53.506.040
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	36.221.243	24.451.335
Títulos emitidos por instituições financeiras	18.485.686	10.823.463
Aplicações em cotas de fundos	7.650.252	6.791.968
Títulos públicos de governos estrangeiros	244.168	50.092
Títulos brasileiros emitidos no exterior	-	18.267
Instrumentos financeiros derivativos	3.222.631	955.912
Total	111.839.567	96.597.077

Vencimento

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Vencimento em até um ano	36.067.001	41.467.436
Vencimento de um até cinco anos	40.735.254	32.801.491
Vencimento de cinco até dez anos	22.517.238	12.015.342
Vencimento acima de dez anos	1.108.947	867.421
Prazo indeterminado	11.411.127	9.445.387
Total	111.839.567	96.597.077

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como para "Ativos financeiros para negociação", que totalizaram R\$ 8.609.468 mil e R\$ 59.224.886 mil em 2012 e 2011, respectivamente, estão demonstrados na Nota 23 - "Ativos cedidos em garantia".

A Organização mantinha em 2012 R\$ 10.044.456 mil (2011 - R\$ 2.187.031 mil) penhorado como garantia por passivos.

Os ganhos/(perdas) líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação somam R\$ 392.100 mil (2011 - R\$ 31.025 mil e 2010 - R\$ 56.386 mil). A variação líquida em ganhos/(perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação totalizou R\$ 361.075 mil em 2012 (2011 - R\$ (25.361) mil).

b) Passivos financeiros para negociação

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Instrumentos financeiros derivativos	4.049.982	747.210
Total	4.049.982	747.210

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir sua exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBovespa).

(i) Contratos de Swap

Swaps de moeda estrangeira e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por um outro e resultam em uma troca econômica de moedas estrangeiras ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda estrangeira e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito da Organização representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor *notional* dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, a Organização avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Opções de câmbio

Opções de câmbio são contratos segundo os quais o vendedor (lançador da opção) concede ao comprador (detentor da opção) o direito, mas não a obrigação, de comprar *call option* ou vender *put option* em uma data determinada ou durante um período determinado, um valor específico em moeda estrangeira. O vendedor recebe do comprador um prêmio pela assunção do risco de câmbio ou de taxa de juros. As opções podem ser negociadas entre a Organização e um cliente. A Organização está exposta a risco de crédito apenas nas opções compradas e apenas por seu valor contábil, que é o valor justo de mercado.

(iii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as variações no valor dos contratos são liquidados diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente, que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

(iv) Operações a termo

A operação a termo é um contrato de compra ou venda, de uma ação, a um preço fixo, para liquidação em uma determinada data. Por se tratar de um mercado futuro, no qual a compra da ação só será efetivada no dia do vencimento, é necessária uma margem em custódia para garantias do contrato. Essa margem pode ser em dinheiro ou títulos de valores mobiliários custodiados. O valor da margem varia durante o contrato, de acordo com a variação do indexador que assumiu na operação, em razão de mudanças de volatilidade e liquidez, além de possíveis margens adicionais que a corretora pode solicitar.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação mantidos pela Organização é a seguinte:

	R\$ mil			
	Valores referenciais		Ativo/(Passivo)	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Contratos futuros				
• À taxa de juros futuros				
Compras	130.181.209	38.265.325	10.494	569
Vendas	441.870.992	167.790.622	(26.986)	(12.554)
• Em moeda estrangeira				
Compras	3.804.690	1.533.988	-	-
Vendas	30.645.872	23.057.379	-	-
• Outros				
Compras	25.963	3.981	-	-
Vendas	1.336.588	1.111.109	-	-
Opções				
• À taxa de juros				
Compras	61.765.403	11.169.630	184.358	18.504
Vendas	79.976.227	11.288.350	(139.680)	(93)
• Em moeda estrangeira				
Compras	536.505	577.532	2.555	6.987
Vendas	347.040	1.031.848	(3.743)	(17.261)
• Outros				
Compras	695.710	501.207	15.283	2.092
Vendas	662.970	778.119	(15.322)	(19.593)
Operações a termo				
• Em moeda estrangeira				
Compras	20.068.292	12.559.145	290.016	330.143
Vendas	8.314.349	9.365.155	(847.890)	(162.197)
• Outros				
Compras	411.994	7.012	1.768.413	22.984
Vendas	1.396.530	85.827	(1.762.143)	(81.918)
Contratos de swaps				
• Posição de Ativo				
Swaps de taxa de juros	15.140.812	9.555.701	356.414	202.551
Swaps de moeda	21.030.812	16.220.132	595.098	372.082
• Posição de Passivo				
Swaps de taxa de juros	14.946.865	10.461.799	(773.255)	(274.317)
Swaps de moeda	21.527.465	15.192.994	(480.963)	(179.277)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge* econômico, entretanto, conforme a Nota 2e iii, estes não se qualificam para a contabilização de *hedge* contábil:

Hedge de valor justo do risco de taxa de juros

A Organização utiliza *swaps* de taxa de juros para proteger sua exposição à alterações no valor justo de suas emissões de renda fixa e de determinados empréstimos e adiantamentos. Os *swaps* de taxa de juros são casados com emissões específicas ou empréstimos de renda fixa.

Hedge de fluxos de caixa de títulos de dívida emitidos em moeda estrangeira

A Organização utiliza *swaps* de taxas de juros em moedas estrangeiras para se proteger dos riscos cambiais e das taxas de juros decorrentes da emissão de títulos de dívida de taxa flutuante denominadas em moedas estrangeiras. Os fluxos de caixa dos *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras são compatíveis com os fluxos de caixa dos títulos de dívida de taxas flutuantes.

Hedge de investimentos líquidos no exterior

A Organização utiliza uma combinação de contratos de câmbio a termo e de dívidas denominadas em moeda estrangeira para cobertura do risco cambial de seus investimentos líquidos em controladas no exterior.

O valor justo dos contratos a termo usados para proteção dos investimentos líquidos em controladas estrangeiras está apresentado na tabela anterior. As dívidas denominadas em moeda estrangeira utilizadas para proteção dos investimentos líquidos da Organização em controladas no exterior, têm valor justo igual ao seu valor contábil e estão incluídas na rubrica "Recursos por emissão de títulos" (Nota 34).

Outros derivativos destinados a hedge

A Organização utiliza essa categoria para gerenciar sua exposição a riscos cambiais, de taxa de juros, de mercado acionário e de crédito. Os instrumentos utilizados incluem *swaps* de taxa de juros, *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras, contratos a termo, futuros, opções, *swaps* de crédito e *swaps* de ações. O valor justo destes derivativos é apresentado na tabela anterior.

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação", na demonstração do resultado.

21) Ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	55.637.691	8.328.123	(348)	63.965.466
Títulos emitidos por empresas não financeiras	10.162.602	985.321	(240.794)	10.907.129
Títulos emitidos por instituições financeiras	820.744	133.296	(64.026)	890.014
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	239.105	76.362	(41.691)	273.776
Ações de companhias abertas e outras ações	5.270.528	790.624	(536.689)	5.524.463
Saldos em 31 de dezembro de 2012	72.130.670	10.313.726	(883.548)	81.560.848
Títulos públicos brasileiros	27.536.935	3.797.932	(278)	31.334.589
Títulos emitidos por empresas não financeiras	7.331.006	289.320	(170.253)	7.450.073
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.460.574	65.404	(43.113)	1.482.865
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	22.684	119.406	(117.766)	24.324
Ações de companhias abertas e outras ações	6.295.340	427.172	(1.765.965)	4.956.547
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.646.539	4.699.234	(2.097.375)	45.248.398

Vencimento

	R\$ mil			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	19.614.840	19.634.826	784.902	755.038
Vencimento entre 1 e 5 anos	9.889.937	11.011.326	2.536.462	2.597.840
Vencimento entre 5 e 10 anos	26.134.955	29.633.449	14.101.113	15.596.741
Vencimento acima de 10 anos	11.220.410	15.756.784	18.928.722	21.342.232
Vencimento indeterminado	5.270.528	5.524.463	6.295.340	4.956.547
Total	72.130.670	81.560.848	42.646.539	45.248.398

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como disponíveis para venda, que totalizaram R\$ 23.343.375 mil e R\$ 6.702.123 mil em 2012 e 2011, respectivamente, estão demonstrados na Nota 23 - "Ativos cedidos em garantia".

Em 2012, a Organização mantinha R\$ 113.944 mil (2011 - R\$ 6.892 mil) em ativos financeiros disponíveis para venda penhorados como garantia por passivos.

Durante 2012, aplicamos nossa política de *impairment* descrita na Nota 2.e.viii.b e reconhecemos perdas não temporárias em nossa carteira de ações no valor de R\$ 1.170.038 mil (2011 - R\$ 515 mil e 2010 - R\$ 429 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**22) Investimentos mantidos até o vencimento**

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	3.659.576	2.623.544	-	6.283.120
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	56.097	3.949	(12.354)	47.692
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.715.673	2.627.493	(12.354)	6.330.812
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	3.490.502	1.594.276	-	5.084.778
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	620.485	41.807	(91.822)	570.470
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.110.987	1.636.083	(91.822)	5.655.248

Vencimento

	R\$ mil			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	11.242	11.374	733.812	682.881
Vencimento entre 1 e 5 anos	220.643	244.747	207.601	217.555
Vencimento entre 5 e 10 anos	1.721.156	2.692.694	1.531.615	2.129.206
Vencimento acima de 10 anos	1.762.632	3.381.997	1.637.959	2.625.606
Total	3.715.673	6.330.812	4.110.987	5.655.248

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como mantidos até o vencimento, que totalizaram R\$ 267.421 mil e R\$ 292.531 mil em 2012 e 2011, respectivamente, estão registrados na Nota 23 - "Ativos cedidos em garantia".

23) Ativos cedidos em garantia

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Mantidos para negociação ⁽¹⁾	8.609.468	59.224.886
Títulos públicos brasileiros	8.609.468	59.224.886
Disponíveis para venda ^{(1) (2)}	23.343.375	6.702.123
Títulos públicos brasileiros	19.308.061	3.465.119
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.431.710	1.913.034
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	149.284	791.212
Títulos emitidos por empresas financeiras	454.320	532.758
Mantidos até o vencimento	267.421	292.531
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	267.421	292.531
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	73.913.035	30.902.540
Aplicações interfinanceiras de liquidez	73.913.035	30.902.540
Total	106.133.299	97.122.080

(1) Do total de títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda, R\$ 30.442.243 mil correspondem ao Nível 1 (2011 – R\$ 65.723.811 mil) e R\$ 1.510.600 mil correspondem ao Nível 3 (2011 – R\$ 203.198 mil). Durante o ano de 2012 não houve transferência entre níveis.

(2) Em 2012, inclui ganhos no valor de R\$ 1.252.307 mil (2011 - R\$ 355.804 mil) e perdas de R\$ 3.827 mil (2011 - R\$ 10.593 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As garantias são compromissos condicionais oferecidos que garantem que as cláusulas contratuais das operações de captações no mercado aberto sejam cumpridas. Destas garantias, o montante de R\$ 103.661.849 mil (2011 - R\$ 89.724.304 mil) pode ser repenhorado, e R\$ 2.471.450 mil (2011 - R\$ 7.397.776 mil), vendido ou repenhorado.

O valor justo das garantias cedidas em 2012, classificadas como mantidos até o vencimento, representa R\$ 271.237 mil (2011 - R\$ 331.366 mil).

24) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	68.668.469	41.787.144
Empréstimos para instituições financeiras	24.186.696	30.930.505
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(33.932)	(53.759)
Total	92.821.233	72.663.890

(1) A Organização está autorizada a vender ou repenhorar a garantia recebida, no caso de inadimplemento do proprietário da garantia, cujo valor justo das garantias em 2012 é de R\$ 209.267 mil (2011 - R\$ 5.770.388 mil).

25) Empréstimos e adiantamentos a clientes

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Capital de giro	53.298.176	49.461.882
Repasse BNDES/Finame	35.703.861	35.398.656
Veículos - CDC	33.821.051	30.651.218
Crédito pessoal	32.286.723	24.617.722
Financiamento a exportação	22.665.551	20.504.778
Cartão de crédito	22.646.420	20.252.191
Financiamento imobiliário	22.302.967	15.930.568
Crédito rural	11.580.061	11.036.251
Conta garantida	9.800.968	9.671.487
Leasing	8.035.454	11.550.838
Importação	6.580.312	5.072.822
Cheque especial	2.988.632	2.745.695
Prêmios de seguros a receber	2.893.506	2.472.923
Outros	25.086.440	24.154.584
Total da carteira	289.690.122	263.521.615
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(20.037.694)	(17.646.666)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	269.652.428	245.874.949

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Provisões para perdas de empréstimos e adiantamentos a clientes**

	R\$ mil	
	2012	2011
No início do exercício	17.646.666	15.355.736
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	11.510.179	8.296.151
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.000.904	2.799.169
Baixas	(12.120.055)	(8.804.390)
No encerramento do exercício	20.037.694	17.646.666

Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	4.443.728	6.123.886
De um a cinco anos	3.546.825	5.370.132
Mais de cinco anos	44.901	56.820
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(752.178)	(1.027.015)
Investimento líquido	7.283.276	10.523.823
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	4.001.849	5.470.640
De um a cinco anos	3.237.738	4.998.365
Mais de cinco anos	43.689	54.818
Total	7.283.276	10.523.823

26) Ativos não correntes mantidos para venda

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Bens não de uso próprio		
Veículos e afins	222.765	245.901
Imóveis	296.365	189.289
Máquinas e equipamentos	11.463	9.000
Outros	2.469	1.161
Total	533.062	445.351

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Portanto, ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil destes itens, destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

27) Investimentos em coligadas

a) Composição dos investimentos em coligadas

Empresa								R\$ mil
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo da investida	Passivo da investida	Receitas ⁽¹⁾	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
BES Investimentos do Brasil S.A. ⁽²⁾	20,00%	20,00%	128.153	9.315	6.543.698	5.902.932	6.534.113	31.064
BIU Participações S.A. ⁽³⁾	-	-	-	57.200	-	-	-	-
Cielo S.A.	28,65%	28,65%	1.171.061	653.958	9.287.235	6.552.119	19.675	2.313.995
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	50.511	6.746	146.114	25.415	4.231	16.120
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	266.974	40.160	719.437	174.590	6.204	81.959
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A.	49,00%	49,00%	21.734	3.657	242.126	197.859	29.017	6.075
IRB - Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (4)}	21,24%	0,00%	532.518	125.908	11.511.230	9.004.344	952.801	378.120
Integritas Participações S.A. ⁽²⁾	22,32%	22,32%	506.615	(26.282)	910.020	15.283	703	44.661
NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A.	49,00%	49,00%	77.432	-	298.481	229.567	62.446	35.932
Total em 31 de dezembro de 2012			2.754.998	870.662				
BES Investimentos do Brasil S.A. ⁽²⁾	20,00%	20,00%	103.538	14.305	6.242.286	5.724.597	5.962.194	71.525
BIU Participações S.A.	33,84%	33,84%	69.856	39.698	314.737	8.462	8.880	101.964
Cielo S.A.	28,65%	28,65%	900.741	510.839	5.600.136	3.880.217	2.110.126	1.813.390
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	43.765	5.222	125.187	20.607	4.223	12.478
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	246.649	15.836	631.797	128.430	345.210	32.319
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A.	49,00%	49,00%	18.192	1.341	161.828	124.702	25.074	2.737
IRB - Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (4)}	21,24%	0,00%	473.548	85.566	9.679.309	7.423.838	1.025.727	402.853
Integritas Participações S.A. ⁽²⁾	22,32%	22,32%	534.177	9.315	1.042.125	19.100	1.847	41.734
Total em 31 de dezembro de 2011			2.390.466	682.122				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empresa	R\$ mil							
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo da investida	Passivo da investida	Receitas ⁽¹⁾	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
BES Investimentos do Brasil S.A. ⁽²⁾	20,00%	20,00%	94.543	13.069	5.600.916	5.128.201	4.507.300	65.345
BIU Participações S.A.	33,84%	33,84%	70.117	30.021	329.722	25.988	5.578	74.563
Cielo S.A.	28,65%	28,65%	766.699	513.968	4.268.875	3.045.530	4.247.094	1.768.171
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo ⁽²⁾	45,00%	45,89%	212.482	39.622	1.498.101	1.277.787	106.594	88.049
CPM Braxis S.A. ⁽⁵⁾	25,34%	20,19%	-	(118.107)	-	-	581.829	(457.187)
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	38.543	2.241	110.006	17.905	2.801	5.357
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	230.813	5.393	606.790	135.743	503.994	11.006
IRB - Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (4)}	21,24%	0,00%	453.109	65.118	8.617.837	6.461.159	978.073	284.231
Integritas Participações S.A. ⁽²⁾	22,32%	22,32%	431.894	25.728	718.498	21.036	2.094	98.897
Total em 31 de dezembro de 2010			2.298.200	577.053				

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das Demonstrações Contábeis;

(3) Empresa alienada em 2012;

(4) O Bradesco possui um membro na diretoria do IRB, com direito a voto, o que resulta em uma influência significativa; e

(5) Empresa alienada em 2011.

Em 2012, com exceção da Cielo S.A., os demais investimentos mencionados na tabela anterior não eram negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores. O valor de mercado do nosso investimento na Cielo baseia-se no preço de mercado, no montante de R\$ 10.695.518 mil (2011 - R\$ 7.538.222 mil). A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2012	2011
Saldo no início do exercício	2.390.466	2.298.200
Aquisição de coligadas	97.432	111.826
Resultado de participações em coligadas	870.662	682.122
Dividendos/JCP	(476.506)	(489.200)
Baixa de coligadas ⁽¹⁾⁽²⁾	(127.056)	(212.482)
Saldo no final do exercício	2.754.998	2.390.466

(1) Em 2012, a baixa do investimento refere-se a alienação da empresa BIU Participações S.A.; e

(2) Em 2011, a baixa do investimento é em função de consolidação proporcional da empresa Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo, passando a ser considerada como *joint venture*.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

28) Joint ventures

Empresa	R\$ mil								
	Participação total	Participação com direito a voto	Total de ativo circulante ⁽¹⁾	Total de ativo não circulante ⁽¹⁾	Total de passivo circulante ⁽¹⁾	Total de passivo não circulante ⁽¹⁾	Receitas ⁽¹⁾	Despesas ⁽¹⁾	Lucro líquido/(prejuízo) do período ⁽¹⁾
Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	355.547	47.058	286.177	125	195.637	(190.124)	5.513
Cia. Leader de Promoção de Vendas ⁽²⁾	50,00%	50,00%	17.838	1.152	18.060	-	52.595	(51.658)	937
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ⁽²⁾	50,00%	50,00%	364.932	4.160	310.836	-	396.100	(347.400)	48.700
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo ⁽³⁾	50,01%	50,01%	2.480.777	415.804	2.436.091	8.565	914.365	(754.317)	160.048
Ibi Promotora de Vendas Ltda. ⁽³⁾⁽⁴⁾	50,01%	50,01%	121.793	56.644	66.949	26.336	173.430	(176.914)	(3.484)
Golbert Participações Ltda. ⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾	50,01%	50,01%	-	-	-	-	3.616	(24.655)	(21.039)
Outras			5.989	257.698	5.960	-	12	(88)	(76)
Saldos em 31 de dezembro de 2012			3.346.876	782.516	3.124.073	35.026	1.735.755	(1.545.156)	190.599
Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	456.193	47.737	392.148	-	190.206	(174.382)	15.824
Cia. Leader de Promoção de Vendas ⁽²⁾	50,00%	50,00%	17.120	1.302	18.023	-	43.468	(43.017)	451
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ⁽²⁾	50,00%	50,00%	276.019	4.305	245.023	-	329.455	(276.098)	53.357
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo ⁽³⁾	50,01%	50,01%	1.946.621	301.074	1.908.218	9.588	816.011	(640.270)	175.741
Ibi Promotora de Vendas Ltda. ⁽³⁾⁽⁴⁾	50,01%	50,01%	66.614	51.268	39.244	57.261	246.175	(201.568)	44.607
Karra Participações Ltda. ⁽³⁾⁽⁴⁾	50,01%	50,01%	-	55.611	-	-	-	-	-
Golbert Participações Ltda. ⁽³⁾⁽⁴⁾	50,01%	50,01%	21.467	183.367	36.652	-	2.097	(152)	1.945
Saldos em 31 de dezembro de 2011			2.784.034	644.664	2.639.308	66.849	1.627.412	(1.335.487)	291.925

(1) Representam 100% dos valores da investida;

(2) Empresas consolidadas utilizando balanços com defasagem em relação à data-base das demonstrações contábeis;

(3) Empresas consolidadas proporcionalmente, consideradas como "joint ventures";

(4) Empresas constituídas pela Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Alelo, em 2011; e

(5) Empresa incorporada pela Ibi Promotora de Vendas Ltda em 2012.

A Organização não possui passivo contingente de investimentos em *joint ventures*, na qual é responsável em parte ou na totalidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**29) Imobilizado de uso****a) Composição por classe de imobilizado de uso**

	Taxa anual	R\$ mil		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações	4%	949.713	(487.775)	461.938
Terrenos	-	488.292	-	488.292
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	4.683.739	(2.453.029)	2.230.710
Sistemas de segurança e comunicações	10%	229.765	(154.439)	75.326
Sistemas de processamento de dados	20% - 50%	1.909.196	(1.307.227)	601.969
Sistemas de transportes	20%	54.472	(30.210)	24.262
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20% - 50%	2.514.555	(1.864.697)	649.858
Saldos em 31 de dezembro de 2012		10.829.732	(6.297.377)	4.532.355
Edificações	4%	874.061	(480.368)	393.693
Terrenos	-	454.956	-	454.956
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	4.285.168	(2.175.808)	2.109.360
Sistemas de segurança e comunicações	10%	224.474	(144.675)	79.799
Sistemas de processamento de dados	20% - 50%	1.858.789	(1.225.988)	632.801
Sistemas de transportes	20%	61.145	(33.822)	27.323
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20% - 50%	2.104.717	(1.535.431)	569.286
Saldos em 31 de dezembro de 2011		9.863.310	(5.596.092)	4.267.218

Os encargos com depreciação em 2012 atingiram R\$ 1.037.135 mil (2011 - R\$ 990.092 mil e 2010 - R\$ 956.092 mil).

Celebramos contratos de arrendamento mercantil financeiro, basicamente, para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações contábeis e a depreciação do bem é calculada de acordo com a mesma política de depreciação utilizada para ativos similares. Veja Nota 39 para a divulgação da obrigação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**b) Movimentação líquida dos imobilizado de uso por classe**

	R\$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, imóveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados ⁽¹⁾	Sistemas de transporte	Imobilizado de arrendamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	350.353	432.478	1.483.374	79.418	1.306.900	12.697	4.061	3.669.281
Adições	71.555	24.941	1.041.137	16.896	519.768	18.643	5.764	1.698.704
Baixas	(2.054)	(2.463)	(93.827)	(4.069)	(2.153)	(238)	(5.871)	(110.675)
Depreciação	(26.161)	-	(321.324)	(12.446)	(622.428)	(3.989)	(3.744)	(990.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	393.693	454.956	2.109.360	79.799	1.202.087	27.113	210	4.267.218
Adições	84.177	34.470	833.042	14.011	707.077	2.048	191	1.675.016
Baixas	(2.895)	(1.134)	(329.425)	(632)	(38.240)	(167)	(251)	(372.744)
Depreciação	(13.037)	-	(382.267)	(17.852)	(619.097)	(4.732)	(150)	(1.037.135)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	461.938	488.292	2.230.710	75.326	1.251.827	24.262	-	4.532.355

(1) Inclui arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

30) Ativos intangíveis e ágio

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos bancários ⁽¹⁾	Software ⁽¹⁾	Carteira de clientes ⁽¹⁾	Outros ⁽¹⁾	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	723.526	1.909.831	1.839.491	921.963	17.277	5.412.088
Adições	-	1.865.043	854.170	189.285	31.480	2.939.978
Redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(5.126)	-	-	-	(5.126)
Amortização	-	(705.659)	(342.992)	(81.315)	(277)	(1.130.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	723.526	3.064.089	2.350.669	1.029.933	48.480	7.216.697
Adições ⁽³⁾	-	889.395	1.132.576	-	545.558	2.567.529
Redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(527.436)	-	-	-	(527.436)
Amortização	-	(839.529)	(544.553)	(82.377)	(34.666)	(1.501.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	723.526	2.586.519	2.938.692	947.556	559.372	7.755.665

- (1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários – dentro dos prazos do contrato; *software* – 20% a 50%; carteira de clientes – até 20%; e outros – 20%; e
- (2) Foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), tendo em vista que o valor recuperável de "aquisição de direitos bancários" e "*software*" é inferior ao valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável foram reconhecidas no resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais"; e
- (3) Em "Outros", refere-se, basicamente, ao programa de patrocínio dos Jogos Olímpicos de 2016;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**b) Composição do ágio por segmento**

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Segmento bancário	429.560	429.560
Segmento de seguros, previdência e capitalização	293.966	293.966
Total	723.526	723.526

As Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) alocadas no segmento bancário e de seguros, previdência e capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2012 e 2011.

O valor recuperável do segmento bancário foi determinado com base no cálculo do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de fluxos de caixa baseadas nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração, com taxa de crescimento nominal de 6,0% a.a.. A previsão dos fluxos de caixa foi descontada à taxa de 11,5% a.a..

As principais premissas chaves descritas acima podem sofrer variações caso as condições econômicas e de mercado se alterem. A Organização estima que uma mudança razoavelmente possível nessas premissas com o ambiente econômico atual não fará com que o valor recuperável dessas unidades fique inferior ao valor contábil.

31) Outros ativos

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Operações de câmbio ⁽¹⁾	11.457.810	9.809.493
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾	10.833.701	9.320.671
Negociação e intermediação de valores	4.049.634	2.461.429
Títulos e créditos a receber	2.938.833	2.786.998
Devedores diversos	1.957.336	1.735.223
Relações interfinanceiras e interdependências	1.703.536	1.609.214
Custos de aquisição diferidos (seguros) – Nota 36f	1.205.089	557.708
Rendas a receber	782.891	705.540
Despesas antecipadas	531.344	520.205
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	167.439	350.100
Outros ⁽³⁾	936.930	849.306
Total	36.564.543	30.705.887

- (1) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;
- (2) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza; e
- (3) Inclui diversos itens sendo, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos e antecipações e pagamentos a ressarcir.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

32) Recursos de instituições financeiras

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Depósitos à vista	727.647	583.017
Depósitos interfinanceiros	382.474	519.786
Captações no mercado aberto	175.530.009	149.940.436
Obrigações por empréstimos	8.111.102	17.257.442
Obrigações por repasses	36.075.056	35.989.495
Total	220.826.288	204.290.176

33) Recursos de clientes

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Depósitos à vista	37.684.126	32.535.978
Depósitos de poupança	69.041.721	59.656.319
Depósitos a prazo	104.045.463	124.128.641
Total	210.771.310	216.320.938

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**34) Recursos de emissão de títulos****a) Composição por tipo de papel emitido e localização**

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Títulos emitidos – País:		
Letras hipotecárias	826.843	1.309.705
Letras de crédito imobiliário	4.229.511	2.143.931
Letras de agronegócio	3.894.203	2.538.970
Letras financeiras	28.220.510	27.101.075
Subtotal	37.171.067	33.093.681
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
<i>Euronotes</i> ⁽¹⁾	10.761.614	4.470.662
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	3.619.412	4.066.626
Subtotal	14.381.026	8.537.288
Total geral	51.552.093	41.630.969

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazos.

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada International Diversified Payment Rights Company, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Demonstramos a seguir os montantes das notas emitidas pela EPE, que estão apresentadas na rubrica de “Recursos de emissão de títulos”:

	R\$ mil				
	Data de emissão	Valor da operação	Vencimento	31 de dezembro	
				2012	2011
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidos do exterior	28.7.2004	305.400	20.8.2012	-	19.176
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	168.411	272.016
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	168.528	271.886
	20.12.2007	354.260	20.11.2014 ⁽¹⁾	-	212.642
	20.12.2007	354.260	20.11.2014	150.878	212.642
	06.3.2008	836.000	22.5.2017	916.093	966.851
	19.12.2008	1.168.500	20.2.2019	1.077.558	966.503
	17.12.2009	133.673	20.11.2014	94.116	132.671
	17.12.2009	133.673	20.2.2017	135.413	144.328
	17.12.2009	89.115	20.2.2020	107.222	96.194
	20.8.2010	307.948	21.8.2017	338.938	337.844
	29.9.2010	170.530	21.8.2017	193.713	193.049
	16.11.2011	88.860	20.11.2018	106.418	96.459
	16.11.2011	133.290	22.11.2021	162.124	144.365
Total		5.038.609		3.619.412	4.066.626

(1) Título liquidado antecipadamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**35) Dívidas subordinadas**

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	R\$ mil	
					31 de dezembro	
					2012	2011
No País:						
CDB subordinado:						
2012 ⁽¹⁾	5	-	R\$	100,0% da taxa CDI + (0,3440% a.a. - 0,4914% a.a.) IPCA + 7,632% a.a.	-	2.707.250
2013	5	575.000	R\$	100,0% da taxa CDI + (0,344% a.a. - 1,0817% a.a.) IPCA + (7,74% a.a. - 8,1863% a.a.)	972.796	881.982
2014	6	1.000.000	R\$	112,0% da taxa CDI IPCA + (6,92% a.a. - 8,55% a.a.)	1.554.254	1.419.811
2015	6	1.274.696	R\$	108,0% a 112,0% da taxa CDI IPCA + 7,1292% a.a.	2.028.459	1.774.656
2016	6	500	R\$	100,0% da taxa CDI + 0,87% a.a. 101,5% da taxa CDI IPCA + 7,76% a.a.	734	647
2012 ⁽²⁾	10	-	R\$		-	2.025.858
2019	10	20.000	R\$		31.240	27.398
Letras Financeiras:						
2012 ⁽³⁾	5	-	R\$	103,0% da taxa CDI IGPM + 6,3874% a.a. IPCA + (6,7017% a.a. - 6,8784% a.a.) Taxa PRÉ de 13,0949% a.a.	-	1.638.758
2016	6	102.018	R\$	108,0% a 110,0% da taxa CDI	131.214	117.388
2017	6	8.630.999	R\$	100% da taxa CDI + (1,2685% a.a. - 1,3656% a.a.) IGPM + (5,7745% a.a. - 6,9588% a.a.) IPCA + (5,6030% a.a. - 7,5482% a.a.) Taxa PRÉ de (11,7493% a.a. - 13,8609% a.a.) 104% a 112,5% da taxa CDI	9.179.820	9.009.410
2018 ⁽⁴⁾	6	8.262.799	R\$	100,0% da taxa CDI + (0,7855% a.a. - 1,3061% a.a.) IGPM + (4,0147% a.a. - 6,2626% a.a.) IPCA + (3,6712% a.a. - 6,2822% a.a.) Taxa PRÉ de (9,3991% a.a. - 12,1754% a.a.) 105,0% a 112,0% da taxa CDI	8.510.932	-
2017	7	40.100	R\$	IPCA + 7,4163% a.a. Taxa PRÉ + 13,1763% a.a.	55.902	49.247
2018	7	141.050	R\$	IGPM + 6,6945% a.a. IPCA + (5,9081% a.a. - 7,3743% a.a.)	170.309	149.177
2018	8	50.000	R\$	IGPM + 7,0670% a.a.	65.517	56.720

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	R\$ mil	
					31 de dezembro	
					2012	2011
2019 ⁽⁵⁾	7	3.172.835	R\$	100,0% da taxa CDI + (1,0079% a.a - 1,0412% a.a.) IGPM + 4,17468 a.a. IPCA + (4,0262% a.a. - 6,1757% a.a.) Taxa PRÉ de (10,1304% a.a. - 11,7550% a.a.) 110,5% a 112,2% da taxa CDI	3.205.153	-
2019	8	12.735	R\$	IGPM + 5,8351% a.a. IPCA + (5,8950% a.a. - 6,3643% a.a.) Taxa PRÉ de 13,3381% a.a.	15.080	13.322
2020 ⁽⁸⁾	8	28.556	R\$	IGPM + 5,5341% a.a. IPCA + (3,9941% a.a. - 6,1386% a.a.) Taxa PRÉ de (11,1291% a.a. - 11,8661% a.a.) 110,0% a 110,7% da taxa CDI	30.354	-
2021	9	7.000	R\$	111,0% da taxa CDI	7.286	-
2012	10	-	R\$	100,0% a 101,5% da taxa CDI	-	606.852
2021	10	19.200	R\$	IGPM + (6,0358% a.a. - 6,6244% a.a.) IPCA + (5,8789% a.a. - 7,1246% a.a.) Taxa PRÉ de 12,7513% a.a. 109,0% da taxa CDI	22.117	19.669
2022 ⁽⁶⁾	10	54.143	R\$	IGPM + (3,9270% a.a. - 4,2994% a.a.) IPCA + (4,1920% a.a. - 6,0358% a.a.) Taxa PRÉ de (10,3489% a.a. - 12,4377% a.a.) 110,0% a 111,3% da taxa CDI	56.823	-
CDB Vinculados à Operação de Crédito:						
2012 a 2016	de 2 a 5	6.017	R\$	100% da taxa CDI	6.751	7.900
Subtotal - no País					26.044.741	20.506.045
No Exterior:						
2012 ⁽³⁾	10	-	Yene	Taxa de 4,05% a.a.	-	426.849
2013	10	1.434.750	US\$	Taxa de 8,75% a.a.	1.033.116	932.125
2014	10	801.927	Euro	Taxa de 8,00% a.a.	612.924	552.418
2019	10	1.333.575	US\$	Taxa de 6,75% a.a.	1.552.158	1.439.617
2021	11	2.766.650	US\$	Taxa de 5,90% a.a.	3.334.521	3.053.037
2022 ⁽⁸⁾	11	1.886.720	US\$	Taxa de 5,75% a.a.	2.274.254	-
Subtotal - no exterior					8.806.973	6.404.046
Total					34.851.714	26.910.091

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- (1) Liquidação antecipada de dívidas subordinadas, no montante de R\$ 461.505 mil, em fevereiro de 2012 e vencimento de operações de dívidas subordinadas em novembro de 2012;
- (2) Liquidação antecipada de dívidas subordinadas no montante de R\$ 1.065.699 mil em fevereiro de 2012; e vencimento de operações de dívidas subordinadas, no montante de R\$ 570.470 mil, em março de 2012 e R\$ 994.000 mil em novembro de 2012, respectivamente;
- (3) Vencimento de operações de dívidas subordinadas em abril de 2012;
- (4) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R\$ 362.979 mil em janeiro de 2012; (ii) R\$ 2.030.486 mil em fevereiro de 2012; (iii) R\$ 859.438 mil em março de 2012; (iv) R\$ 789.635 mil em abril de 2012; (v) R\$ 3.926.706 mil em maio de 2012; (vi) R\$ 16.008 mil em junho de 2012; (vii) R\$ 56.300 mil em julho de 2012; (viii) R\$ 30.060 mil em agosto de 2012; (ix) R\$ 36.825 mil em setembro de 2012; (x) R\$ 128.927 mil em outubro de 2012; (xi) R\$ 300 mil em novembro de 2012; e (xii) R\$ 25.135 mil em dezembro de 2012, com vencimentos em 2018;
- (5) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R\$ 23.633 mil em julho de 2012; (ii) R\$ 4.025 mil em agosto de 2012; (iii) R\$ 922.816 mil em outubro de 2012; (iv) R\$ 1.100.400 mil em novembro de 2012; e (v) R\$ 1.066.700 mil em dezembro de 2012, com vencimentos em 2019;
- (6) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R\$ 1.197 mil em janeiro de 2012; (ii) R\$ 820 mil em fevereiro de 2012; (iii) R\$ 435 mil em março de 2012; (iv) R\$ 2.400 mil em abril de 2012; (v) R\$ 11.000 mil em maio de 2012; (vi) R\$ 10.662 mil em junho de 2012; (vii) R\$ 748 mil em julho de 2012; (viii) R\$ 8.000 mil em agosto de 2012; (ix) R\$ 7.223 mil em setembro de 2012; (x) R\$ 10.600 mil em outubro de 2012; e (xi) R\$ 1.058 mil em dezembro de 2012; com vencimentos em 2022;
- (7) Em março de 2012, foram emitidas dívidas subordinadas no exterior, no montante de US\$ 1.100.000 mil, com taxa de 5,75% a.a. e vencimento em janeiro de 2022; e
- (8) Foram emitidas letras financeiras, sendo: (i) R\$ 601 mil em setembro de 2012; R\$ 5.000 mil em outubro de 2012; e R\$ 901 mil em dezembro de 2012; com vencimentos em 2020.

Legenda:

CDB – Certificado de Depósitos Bancários;

CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros;

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

DI-CETIP – Índice Interbancário publicado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados; e

IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**36) Provisões técnicas de seguros e previdência****a) Provisões técnicas por conta**

	R\$ mil					
	Seguros ⁽¹⁾		Vida e Previdência ⁽²⁾⁽³⁾		Total	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Passivo circulante e exigível a longo prazo						
Provisão matemática de benefícios a conceder	825.848	709.016	93.323.469	77.842.317	94.149.317	78.551.333
Provisão matemática de benefícios concedidos	174.118	137.848	5.946.678	5.397.832	6.120.796	5.535.680
Provisão de IBNR	1.281.188	1.098.702	942.521	750.076	2.223.709	1.848.778
Provisão de prêmios não ganhos	2.072.355	1.966.745	187.868	158.927	2.260.223	2.125.672
Provisão de insuficiência de contribuição ⁽⁴⁾	-	-	5.062.023	3.636.981	5.062.023	3.636.981
Provisão de sinistros a liquidar	3.077.957	2.498.967	1.041.065	1.010.561	4.119.022	3.509.528
Provisão de insuficiência de prêmio	-	-	468.761	473.682	468.761	473.682
Provisão de excedente financeiro	-	-	368.033	379.694	368.033	379.694
Provisão de despesas administrativas	-	-	118.885	98.794	118.885	98.794
Outras provisões	2.950.297	1.646.016	927.654	1.306.163	3.877.951	2.952.179
Total das provisões	10.381.763	8.057.294	108.386.957	91.055.027	118.768.720	99.112.321

(1) A linha de "Outras Provisões" de Seguros refere-se, basicamente, às provisões técnicas da carteira de "saúde individual", constituídas: (i) para fazer frente às diferenças dos reajustes futuros de prêmios e aqueles necessários ao equilíbrio técnico da carteira; e (ii) de modo a adequar os cenários atuais das taxas de juros;

(2) Compreende as operações de seguros de pessoa e previdência;

(3) A linha de "Outras Provisões" de Vida e Previdência refere-se, basicamente, à: "Provisão de benefícios a conceder (Vida)"; "Provisão de resgates e outros valores a regularizar"; "Provisão de oscilação financeira", "Provisão de benefícios a regularizar" e "Provisão complementar de prêmios"; e

(4) A provisão de insuficiência de contribuição para planos de aposentadoria e pensão é calculada de acordo com a tábua biométrica AT- (2000, suavizada), com *improvement* de 1,5% a.a., considerando, separadamente, homens (*male*) e mulheres (*female*), as quais têm uma maior expectativa de vida, e com taxa real de juros de 3,5% a.a. (2011 – 4,0% a.a.). Nos planos de invalidez, a provisão também é calculada atuarialmente e leva em consideração a tábua biométrica AT-49 (*male*) e taxa real de juros de 3,5% a.a. (2011 – 4,0% a.a.).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**b) Provisões técnicas por produto**

	R\$ mil					
	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saúde	5.650.060	4.020.463	-	-	5.650.060	4.020.463
Auto/RCF	2.696.872	2.473.454	-	-	2.696.872	2.473.454
DPVAT	154.703	116.405	341.040	282.057	495.743	398.462
Vida	-	-	4.433.645	4.001.258	4.433.645	4.001.258
Ramos elementares	1.880.128	1.446.972	-	-	1.880.128	1.446.972
Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL	-	-	20.608.501	15.457.576	20.608.501	15.457.576
Vida Gerador de Benefícios Livres - VGBL	-	-	65.486.891	53.175.712	65.486.891	53.175.712
Planos tradicionais	-	-	17.516.880	18.138.424	17.516.880	18.138.424
Total das provisões técnicas	10.381.763	8.057.294	108.386.957	91.055.027	118.768.720	99.112.321

c) Provisões técnicas agregadas por produto

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Seguros – Auto, RE, Vida e Saúde	15.156.448	11.940.567
Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)	65.486.891	53.175.712
Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda	32.808.220	29.396.716
Previdência – Planos Tradicionais de Risco	5.317.161	4.599.326
Total	118.768.720	99.112.321

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**d) Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência****(i) Seguros – Auto, RE, Vida, Saúde e Previdência – Planos Tradicionais de Risco**

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do exercício	16.539.893	14.336.364
(-) Seguros DPVAT e retrocessões	(397.032)	(294.453)
Subtotal no início do exercício	16.142.861	14.041.911
Constituição de provisões	16.490.074	12.621.069
Reversão de provisões	(82.710)	(553.904)
Sinistros, benefícios e resgates pagos	(13.151.150)	(10.463.886)
Alteração de estimativa de sinistros avisados	(145.610)	(41.745)
Atualização monetária e juros de sinistros	732.735	539.416
Subtotal no fim do exercício	19.986.200	16.142.861
(+) Seguros DPVAT e retrocessões	487.409	397.032
No fim do exercício	20.473.609	16.539.893

(ii) Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do exercício	53.175.712	42.729.705
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	17.469.175	14.599.241
Pagamento de benefícios	(8.495)	(8.313)
Pagamento de resgates	(9.155.922)	(7.764.952)
Atualização monetária e juros	4.359.943	3.652.071
Outras movimentações	(353.522)	(32.040)
No fim do exercício	65.486.891	53.175.712

(iii) Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do exercício	29.396.716	26.426.977
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento	2.093.058	1.954.865
Pagamento de benefícios	(394.260)	(398.565)
Pagamento de resgates	(1.276.002)	(1.164.597)
Atualização monetária e juros	2.690.842	2.276.707
Outras movimentações	297.866	301.329
No fim do exercício	32.808.220	29.396.716

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**e) Garantias das provisões técnicas**

	R\$ mil					
	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Total das Provisões Técnicas	10.381.763	8.057.294	108.386.957	91.055.027	118.768.720	99.112.321
(-) Carregamento de comercialização – extensão de garantia	(34.822)	-	-	-	(34.822)	-
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(865.364)	(652.686)	(9.730)	(8.490)	(875.094)	(661.176)
(-) Depósitos Retidos no IRB e Depósitos Judiciais	(23.484)	(23.102)	(59.436)	(68.703)	(82.920)	(91.805)
(-) Direitos Creditórios	(744.265)	(772.878)	-	-	(744.265)	(772.878)
(-) Provisões do Convênio DPVAT	(148.167)	(109.339)	(338.049)	(278.503)	(486.216)	(387.842)
Total a ser coberto	8.565.661	6.499.289	107.979.742	90.699.331	116.545.403	97.198.620
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL) ⁽¹⁾	-	-	82.964.196	68.233.216	82.964.196	68.233.216
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	2.452.379	6.903.381	13.297.804	16.372.406	15.750.183	23.275.787
Títulos públicos	6.691.646	-	10.174.124	4.660.749	16.865.770	4.660.749
Títulos privados	105.188	86.803	212.432	569.495	317.620	656.298
Ações	4.710	2.802	1.504.244	1.280.110	1.508.954	1.282.912
Total das garantias das provisões técnicas	9.253.923	6.992.986	108.152.800	91.115.976	117.406.723	98.108.962

(1) Os fundos de investimento "VGBL" e "PGBL" foram consolidados nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**f) Movimentação dos custos de aquisição diferidos (ativos de seguros)**

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do exercício	557.708	417.427
Constituições	4.768.137	4.504.935
Reversões	(4.120.756)	(4.364.654)
No fim do exercício	1.205.089	557.708

g) Movimentação dos ativos de resseguro

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do exercício	695.145	646.894
Constituição de provisões	331.451	196.532
Reversão de provisões	(5.623)	(25.671)
Sinistros recuperados	(152.011)	(127.325)
Atualização monetária e juros de sinistros	21.223	25.044
Outros	(1.644)	(20.329)
No fim do exercício	888.541	695.145

h) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros brutos de resseguro⁽¹⁾**

	R\$ mil								
	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro									
• No ano do aviso	2.023.548	1.697.160	1.701.439	1.152.371	2.058.559	2.414.674	2.647.298	3.134.409	-
• Um ano após o aviso	1.955.138	1.626.143	1.638.346	1.108.270	2.037.365	2.394.609	2.626.356	-	-
• Dois anos após o aviso	1.921.320	1.600.359	1.596.899	1.088.069	2.018.329	2.387.075	-	-	-
• Três anos após o aviso	1.912.062	1.603.521	1.593.526	1.094.795	2.015.921	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	1.918.314	1.597.707	1.598.083	1.102.364	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	1.925.223	1.605.888	1.600.766	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	1.926.098	1.612.902	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	1.931.580	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	1.931.580	1.612.902	1.600.766	1.102.364	2.015.921	2.387.075	2.626.356	3.134.409	16.411.373
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.848.126)	(1.573.900)	(1.546.892)	(939.066)	(1.922.031)	(2.233.492)	(2.357.361)	(2.259.226)	(14.680.094)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	83.454	39.002	53.874	163.298	93.890	153.583	268.995	875.183	1.731.279

Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros líquidos de resseguro⁽¹⁾

	R\$ mil								
	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro									
• No ano do aviso	1.725.277	1.464.086	1.421.768	859.651	1.791.249	2.260.194	2.440.426	2.804.706	-
• Um ano após o aviso	1.675.830	1.415.281	1.385.711	846.124	1.773.092	2.235.404	2.417.095	-	-
• Dois anos após o aviso	1.635.350	1.413.371	1.381.949	835.214	1.766.152	2.232.926	-	-	-
• Três anos após o aviso	1.639.187	1.417.612	1.379.442	844.636	1.769.942	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	1.653.212	1.417.980	1.386.605	850.115	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	1.670.356	1.429.154	1.392.108	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	1.686.295	1.437.203	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	1.693.860	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	1.693.860	1.437.203	1.392.108	850.115	1.769.942	2.232.926	2.417.095	2.804.706	14.597.955
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.651.168)	(1.408.297)	(1.361.176)	(800.019)	(1.702.283)	(2.131.378)	(2.236.218)	(2.192.207)	(13.482.746)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	42.692	28.906	30.932	50.096	67.659	101.548	180.877	612.499	1.115.209

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Vida - Sinistros brutos de resseguro⁽¹⁾**

	R\$ mil								
	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro									
• No ano do aviso	816.255	624.866	592.756	687.464	761.747	856.558	1.048.284	1.058.063	-
• Um ano após o aviso	778.352	608.403	591.752	696.812	780.007	861.234	1.057.954	-	-
• Dois anos após o aviso	755.274	590.246	594.548	708.354	793.788	871.178	-	-	-
• Três anos após o aviso	747.555	586.480	592.715	704.748	786.963	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	738.165	590.823	593.654	703.871	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	738.659	583.930	590.594	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	734.144	580.295	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	726.053	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	726.053	580.295	590.594	703.871	786.963	871.178	1.057.954	1.058.063	6.374.971
Pagamentos de sinistros efetuados	(691.644)	(528.535)	(526.706)	(636.124)	(695.312)	(744.408)	(900.129)	(805.666)	(5.528.524)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	34.409	51.760	63.888	67.747	91.651	126.770	157.825	252.397	846.447

Vida - Sinistros líquidos de resseguro⁽¹⁾

	R\$ mil								
	Ano de aviso do sinistro								
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro									
• No ano do aviso	816.154	623.675	569.701	684.770	751.864	855.545	1.045.639	1.053.267	-
• Um ano após o aviso	778.251	607.198	569.881	693.977	769.993	860.306	1.056.090	-	-
• Dois anos após o aviso	755.173	589.042	572.675	705.518	783.643	869.879	-	-	-
• Três anos após o aviso	747.454	585.275	570.813	701.913	776.784	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	738.064	589.619	571.776	701.035	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	738.558	582.725	568.688	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	734.043	579.091	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	725.952	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2012)	725.952	579.091	568.688	701.035	776.784	869.879	1.056.090	1.053.267	6.330.786
Pagamentos de sinistros efetuados	(691.543)	(527.331)	(505.174)	(633.288)	(687.323)	(743.479)	(898.265)	(800.983)	(5.487.386)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	34.409	51.760	63.514	67.747	89.461	126.400	157.825	252.284	843.400

(1) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros, os produtos "Saúde" - R\$ 1.266.195 mil, "DPVAT" - R\$ 253.276 mil e "Retrocessão" - R\$ 21.825 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

37) Planos fechados de previdência complementar

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e suas controladas são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário, exceto para os participantes que, em 2001, optaram por migrar do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida (PGBL), cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando sempre o mínimo de 4% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As contribuições ao plano PGBL em 2012 totalizaram R\$ 590.907 mil (2011 - R\$ 566.724 mil e 2010 - R\$ 379.486 mil).

Além do plano (PGBL) anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes que optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano. Para os participantes do plano de benefício definido, migrados ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases (relativos aos ex-empregados do Baneb).

O Banco Bradesco BBI S.A. (atual denominação do Banco BEM S.A.) patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição definida, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof.

A Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada CCFI) (incorporadora do Banco BEC S.A.) patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará – Cabec.

Em 31 de dezembro de cada ano, efetuamos a avaliação dos planos de nossas controladas Alvorada, BBI e do Alvorada CCFI. A IAS 19 exige que o empregador reconheça, prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefício definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconheça as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

Em 2012, conforme IAS 19 – Benefícios a Empregados, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuarial, recalcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros que reflete o novo cenário de taxa real de juros, tendo já reconhecido em suas demonstrações contábeis a obrigação devida.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil	
	Planos do Alvorada, BBI e Alvorada CCFI	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
(i) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício	999.483	902.105
Custo do serviço corrente	(370)	(296)
Custo de juros	102.939	93.639
Contribuição do participante	1.548	3.518
Perda atuarial	366.194	75.089
Benefícios pagos	(80.189)	(74.572)
No encerramento do exercício	1.389.605	999.483
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	1.032.853	970.894
Rendimento esperado	176.505	126.965
Contribuições recebidas:		
Empregador	6.871	6.048
Empregados	1.548	3.518
Benefícios pagos	(80.189)	(74.572)
No encerramento do exercício	1.137.588	1.032.853
(iii) Posição financiada:		
Planos deficitários	(252.017)	(88.671)
Plano superavitário	-	122.041
Saldo líquido	(252.017)	33.370

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil		
	Planos do Alvorada, BBI e Alvorada CCFI		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço	(370)	(704)	1.584
Custo de juros sobre obrigações atuariais	102.939	49.694	44.458
Rendimento esperado dos ativos do plano	(106.983)	(42.814)	(40.760)
Custo/(benefício) periódico líquido das pensões	(4.414)	6.176	5.282

As obrigações acumuladas de planos de previdência estão incluídas na rubrica "Outros passivos", no balanço patrimonial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios em 2012 e 2011, para os Planos de nossas controladas Alvorada, BBI e Alvorada CCFI, foram as seguintes:

	31 de dezembro	
	2012	2011
Taxa de desconto presumida ⁽¹⁾	8,7%	10,5%
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos	8,7%	10,5%
Índice de aumento dos níveis de remuneração	4,5%	7,6%

(1) Em 2012, considera uma taxa de inflação de 4,5% a.a. e uma taxa de desconto real de 4,0% a.a. (2011 – 6,0% a.a.).

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas Alvorada, BBI e Alvorada CCFI, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do BEM		Ativos do Plano do BEC	
	31 de dezembro		31 de dezembro		31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Categorias de ativo						
Ações de companhias abertas	-	-	10,3%	9,9%	-	-
Títulos públicos e privados	86,9%	86,4%	85,3%	85,4%	-	-
Aplicações em quotas de fundos	6,2%	6,5%	0,7%	0,8%	94,5%	95,2%
Imóveis	5,2%	5,5%	-	-	3,4%	2,7%
Outras	1,7%	1,6%	3,7%	3,9%	2,1%	2,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

38) Outras provisões

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso, cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social – (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Passivos contingentes e obrigações – fiscais e previdenciárias

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Organização não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos e não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Organização.

Vale registrar a existência de expressiva quantidade de ações judiciais pleiteando a incidência de índices de inflação, que foram expurgados quando da correção dos saldos de cadernetas de poupança, em razão de planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado. Embora a Organização

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

tenha cumprido a ordem legal vigente à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações efetivamente notificadas e as correspondentes perspectivas de perdas analisadas, considerando a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Cabe ressaltar dois pontos quanto aos litígios a respeito de planos econômicos: a) inexistência de passivo potencial representativo, uma vez que se encontra prescrito o direito a novas postulações; e b) o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até decisão final que será proferida por aquela Corte.

c) Obrigações – fiscais e previdenciárias

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, dentre as quais destacamos:

- Cofins – R\$ 7.863.875 mil (2011 – R\$ 6.345.973 mil): pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se, assim, a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;
- INSS Corretores Autônomos – R\$ 1.140.796 mil (2011 – R\$ 1.004.092 mil): discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, e regulamentações/alterações posteriores à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, com nova redação contida na Lei nº 9.876/99;
- IRPJ/Perdas de Crédito – R\$ 797.811 mil (2011 – R\$ 703.568 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias;
- CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ – R\$ 684.739 mil (2011 – R\$ 607.405 mil): pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa; e
- PIS – R\$ 302.089 mil (2011 – R\$ 293.267 mil): pleiteia a compensação dos valores indevidamente pagos a maior nos anos-base de 1994 e 1995 a título de contribuição ao PIS, correspondentes ao excedente ao que seria devido sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, ou seja, receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto de renda – conceito contido no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, nele não incluídas as receitas financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**d) Movimentação das outras provisões**

	R\$ mil		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.578.688	2.657.620	9.091.558
Saldo adquirido	78	110.273	7.785
Atualização monetária	206.514	380.323	997.466
Constituições líquidas de reversões e baixas	1.026.420	635.778	2.288.447
Pagamentos	(500.540)	(445.594)	(108.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.311.160	3.338.400	12.276.890
Atualização monetária	263.625	430.212	842.563
Constituições líquidas de reversões e baixas	509.846	461.101	1.747.270
Pagamentos	(593.374)	(514.001)	(26.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.491.257	3.715.712	14.840.224

e) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização Bradesco mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.132.804 mil (2011 – R\$ 517.667 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; b) IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2006 a 2009, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 711.431 mil (2011 – R\$ 372.323 mil); c) Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 469.337 mil; e d) Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de exclusões em 2007 de receitas de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 226.145 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**39) Outros passivos**

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Passivos financeiros		
Operações de cartões de crédito ⁽¹⁾	14.848.920	12.678.343
Operações de câmbio ⁽²⁾	11.418.508	9.358.759
Negociação e intermediação de valores	5.485.497	2.556.805
Obrigação por aquisição de bens – arrendamento financeiro (39 a)	858.258	767.356
Planos de capitalização	5.448.701	4.571.294
Outros passivos		
Recursos em trânsito de terceiros ⁽³⁾	5.561.157	4.528.562
Provisão para pagamentos a efetuar	5.053.153	4.129.922
Sociais e estatutárias	2.489.162	2.352.511
Obrigação por aquisição de bens e direitos	2.008.253	2.103.213
Credores diversos	2.454.444	2.091.235
Outros impostos a pagar	1.107.665	562.708
Outros	4.793.496	5.060.449
Total	61.527.214	50.761.157

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas sobre praças do país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior.

a) Abertura de prazo das operações de arrendamento financeiro

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Até 1 ano	365.302	337.614
De 1 a 2 anos	226.680	241.872
De 2 a 3 anos	164.463	118.508
De 3 a 4 anos	81.091	62.043
De 4 a 5 anos	20.722	7.319
Total	858.258	767.356

O total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 3.640.839 mil, sendo R\$ 515.521 mil até 1 ano, R\$ 1.736.428 mil entre 1 a 5 anos e R\$ 1.388.890 mil com mais de 5 anos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**40) Patrimônio Líquido****a) Capital e direitos dos acionistas****i. Composição do Capital Social em quantidade de ações**

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	1.912.397.390	1.912.397.390
Preferenciais	1.912.397.191	1.912.397.191
Subtotal	3.824.794.581	3.824.794.581
Em tesouraria (ordinárias)	(2.635.100)	(2.487.000)
Em tesouraria (preferenciais)	(4.786.700)	(4.466.400)
Total em circulação	3.817.372.781	3.817.841.181

ii. Movimentação do Capital Social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2010	1.880.830.018	1.881.225.123	3.762.055.141
Aumento de Capital Social por subscrição de ações	31.172.072	31.172.068	62.344.140
Ações adquiridas e não canceladas	(2.091.700)	(4.466.400)	(6.558.100)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2011	1.909.910.390	1.907.930.791	3.817.841.181
Ações adquiridas e não canceladas	(148.100)	(320.300)	(468.400)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2012	1.909.762.290	1.907.610.491	3.817.372.781

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, foi adotado igual procedimento no Mercado Internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madrid – Espanha.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 100.000 mil, elevando-o de R\$ 30.000.000 mil para R\$ 30.100.000 mil, mediante a utilização do saldo das contas “Reserva de Capital”, e “Reserva de Lucros – Legal”, sem emissão de ações. O processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 18 de março de 2011.

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

b) Reservas**Reservas de capital**

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio)

Os dividendos são calculados sobre o lucro societário, conforme determinado nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil. Companhias brasileiras podem pagar juros sobre capital próprio aos acionistas com base no patrimônio líquido, e tratar esses pagamentos como despesa dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social do Brasil. O encargo de juros *notional* é tratado para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de modo similar aos dividendos. O imposto de renda retido na fonte é devido e pago no momento do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Em 2012, a Organização distribuiu dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio) no valor de R\$ 3.894.998 mil, sendo atribuído, aos acionistas, o valor por ação de R\$ 0,97 ordinárias e R\$ 1,07 preferenciais (2011 - R\$ 3.740.410 mil, sendo R\$ 0,93 ordinárias e R\$ 1,03 preferenciais; e 2010 – R\$ 3.369.083 mil, sendo R\$ 0,85 ordinárias e R\$ 0,94 preferenciais).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

41) Transações com partes relacionadas

Os principais acionistas do Bradesco são a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e a Fundação Bradesco. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos, que há mais de 40 anos vem promovendo o desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens, por meio de escolas em regiões carentes.

As principais transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Ativo		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	107.150	246.220
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	107.150	246.220
Outros ativos	10.280	10.152
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	10.280	8.772
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	-	1.380
Passivo		
Recursos de clientes	(208.378)	(242.756)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(24.982)	(45.207)
Pessoal-chave da Administração	(156.160)	(175.185)
Outras controladas	(27.236)	(22.364)
Recursos de emissão de títulos	(749.315)	(687.118)
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	(103.999)	(61.408)
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento ("Cielo")	(18.427)	(40.606)
Pessoal-chave da Administração	(608.260)	(578.597)
Outras controladas	(18.629)	(6.507)
Dívidas subordinadas	(698)	(65.333)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	-	(26.625)
Fundação Bradesco	(698)	(38.708)
Sociais e estatutárias	(735.902)	(775.636)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(541.990)	(571.254)
Fundação Bradesco	(193.912)	(204.382)
Outros passivos	(8.027)	(10.566)
Fidelity Processadora e Serviços S.A	(8.027)	(10.566)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Resultado			
Resultado líquido de juros	(64.015)	(81.358)	(74.682)
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	10.023	22.840	14.322
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(207)	(9.338)	(10.281)
Fundação Bradesco	(1.625)	(6.519)	(6.980)
Pessoal-chave da Administração	(63.296)	(76.213)	(63.926)
Outras controladas	(8.910)	(12.128)	(7.817)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	-	5	1.667
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento	-	5	1.667
Outras receitas	39.501	34.053	13.857
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	39.501	34.053	13.857
Outras despesas	(117.222)	(108.932)	(204.044)
Fidelity Processadora e Serviços S.A.	(115.403)	(108.584)	(182.027)
CPM Braxis S.A	-	-	(21.400)
Outras controladas	(1.819)	(348)	(617)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear os Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 344.400 mil (2011 - R\$ 364.100 mil) para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 334.000 mil (2011 - R\$ 344.800 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Adicionalmente, dentro do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária para remuneração dos Administradores, o Bradesco, em 2012, determinou que 50% da remuneração variável dos Administradores deve ser destinado à aquisição de suas ações, que terão sua movimentação desbloqueada em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Proventos	336.912	351.933	243.682
Contribuição ao INSS	75.510	78.881	54.608
Total	412.422	430.814	298.290

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2012	2011	2010
Planos de previdência complementar de contribuição definida	324.132	339.078	223.832
Total	324.132	339.078	223.832

A Organização não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Outras informações

a) Conforme a legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- (ii) Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10%; e
- (iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são concedidos pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no Bradesco em:

	31 de dezembro	
	2012	2011
Ações ordinárias	0,73%	0,74%
Ações preferenciais	1,00%	1,03%
Total de ações ⁽¹⁾	0,86%	0,89%

- (1) Em 2012, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho Administração e da Diretoria totalizou 3,05% de ações ordinárias, 1,05% de ações preferenciais e 2,05% do total de ações (2011 - 3,15% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 2,12% do total de ações).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

42) Itens não registrados no balanço patrimonial

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*), por vencimento da última parcela:

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2012	2011
Compromissos de valores de crédito a liberar ⁽¹⁾	142.167.642	130.662.726
Beneficiários e garantias prestadas ⁽²⁾	59.910.682	48.479.357
Créditos abertos para importação	1.609.757	1.700.341
Total	203.688.081	180.842.424

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes *Corporate*.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

43) Recentes aquisições

Em 2011, no leilão conduzido pela BM&FBOVESPA, a Organização adquiriu o controle acionário do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (BERJ). A operação envolveu a compra de 96,99% das ações ordinárias e 95,21% das ações preferenciais, que representam 96,23% do Capital Social do BERJ. A operação foi concluída em novembro de 2011, quando da aprovação pelo Banco Central do Brasil, pelo valor de R\$ 1.134.657 mil, sendo R\$ 200.446 mil em caixa, R\$ 905.475 mil a pagar em uma data futura e registrada na rubrica "Outros passivos" e R\$ 28.736 mil em títulos públicos, cujo valor de mercado, na data da transação, correspondia a R\$ 14.368 mil. Em 2012, adquirimos a participação remanescente em poder dos acionistas não controladores pelo valor de R\$ 50.616 mil, pagos em espécie, passando a deter 100% do capital do BERJ, cujo efeito foi tratado como transação de capital.

Apresentamos abaixo os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos resumidos das aquisições:

	R\$ mil
	2011
	BERJ
Caixa e equivalentes de caixa	138
Ativos financeiros	301.647
Outros ativos	1.723.879
Outros passivos	(499.392)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.526.272
Custo total das aquisições	1.120.289
Ganho por compra vantajosa	(405.983)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Com relação ao ganho por compra vantajosa, apurado na aquisição do BERJ, decorrente principalmente de créditos tributários, a Organização avaliou, identificou e reconheceu todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos. O ganho por compra vantajosa apurado na aquisição foi reconhecido na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais” durante o ano de 2011.

O montante total pago pelas aquisições foi composto da seguinte forma:

	R\$ mil
	2011
	BERJ
Pagamento em espécie	200.446
Valores a pagar	905.475
Pagamento em títulos públicos, pelo valor justo	14.368
Custo total das aquisições	1.120.289

Essa aquisição foi consolidada a partir da data da obtenção do controle.

44) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Organização

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS.
- Alteração da IAS 19 – Benefícios aos Empregados – Essa alteração exige a eliminação da alternativa do uso do método do “corredor” e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados.
- IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas - altera o princípio atual de consolidação (IAS 27 – Demonstrações Consolidadas e Separadas), introduzindo o conceito de controle, como fator determinante, de quando uma entidade deve ser consolidada. De acordo com a IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui: (i) o poder sobre a investida; (ii) a exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos - substitui a IAS 31 – Participação em Empreendimentos em Conjunto. De acordo com o novo pronunciamento, com foco maior nos direitos e obrigações, será obrigatória a utilização do método de equivalência patrimonial e será vedada a opção pela consolidação proporcional. O princípio fundamental é que as partes de um acordo determinem o tipo de empreendimento, sendo: (i) operações conjuntas, direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas; e (ii) empreendimento conjunto, direitos ao ativo líquido do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.
- IFRS 12 – Divulgação de Participação em outras Entidades - inclui novas exigências de divulgações sobre todas as formas de investimentos em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, coligadas, entidades de propósitos específicos, em que uma entidade tenha envolvimento, cujo objetivo é permitir que o usuário das demonstrações contábeis possa avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a risco decorrente de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo - define valor justo, fornece orientações sobre como determinar o valor justo e exige divulgações sobre sua mensuração, aumentando sua consistência e diminuindo sua complexidade nas divulgações.

Estes pronunciamentos são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013, exceto a IFRS 9, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Organização analisou os pronunciamentos contábeis descritos acima, considerando suas operações atuais, e entende que não há impactos significativos na adoção dos mesmos.

45) Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 8.000.000 mil, elevando-o de R\$ 30.100.000 mil para R\$ 38.100.000 mil, com bonificação de 10% em ações.

Para mais informações, favor contatar:

Diretoria Executiva
Luiz Carlos Angelotti
Diretor Executivo Gerente e Diretor de Relações com Investidores
Tel.: (11) 3681-4011
Fax.: (11) 3684-4630
4000.diretoria@bradesco.com.br

Departamento de Relações com o Mercado
Paulo Faustino da Costa
Tel.: (11) 2178-6201
Fax: (11) 2178-6215

Avenida Paulista, 1.450 – 1º andar
CEP 01310-917 – São Paulo-SP
Brasil

www.bradesco.com.br/ri



bradesco.com.br/ri